

**THEODAN STEPHENSON CARDOSO LEITE**

**A VISÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA SOBRE AS NORMAS QUE REGULAM A  
SUA PRÁTICA PROFISSIONAL**

**Orientador: Prof. Doutor Leonardo Manuel das Neves Rocha**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Instituto de Educação**

**Lisboa  
2016**

**THEODAN STEPHENSON CARDOSO LEITE**

**A VISÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA SOBRE AS NORMAS QUE REGULAM A  
SUA PRÁTICA PROFISSIONAL**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 17 de março de 2016, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 147/2016, de 11 de março de 2016, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor António Teodoro

Arguente:

Prof. Doutor José Viegas Brás

Vogal:

Prof. Doutor Óscar Conceição  
de Sousa

Orientador:

Prof. Doutor Leonardo Rocha

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Instituto de Educação**

**Lisboa**

**2016**

A Deus, que é meu refúgio e a minha fortaleza, a minha esposa Thaise Grisi Cardoso por ter me ajudado em tudo e me apoiado durante todas as viagens que precisei fazer devido aos estudos. A minha filha Lara Grisi Cardoso que nasceu durante o curso e é minha razão de viver. Assim dedico.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pois sem ele nada disso seria possível.

A minha esposa Thaise Grisi Cardoso, pela compreensão e amor dedicado.

A minha filha Lara Grisi Cardoso por tê-la privado da minha presença em detrimento dos estudos e trabalho e mesmo assim ela dedica tanto amor a mim.

A minha mãe, Geni, por ter acreditado em mim.

A meu pai Cardoso por ter me estimulado a continuar nesta caminhada.

A minha sogra Kalina, por ter ficado com minha filha nos momentos necessários.

Ao meu sogro James, pelo apoio e incentivo.

Ao meu orientador, professor Dr. Leonardo Manuel das Neves Rocha por suas preciosas observações feitas a este trabalho e grande profissionalismo, acolhimento, paciência e atenção.

Ao professor Dr. António Teodoro pelas críticas construtivas.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que eu pudesse concretizar este sonho.

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>ART.</b>	Artigo
<b>AT</b>	Ata Institucional
<b>CNE</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>CNS</b>	Conselho Nacional de Saúde
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CONFEF</b>	Conselho Federal de Educação Física
<b>CREF</b>	Conselho Regional de Educação Física
<b>DCNT</b>	Doença Crônica Não Transmissível
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>EF</b>	Educação Física
<b>IE</b>	Instituição de Ensino
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>PCN's</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>SEE</b>	Secretaria Estadual de Educação
<b>SEF</b>	Secretaria de Educação Fundamental
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>ULHT</b>	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

## RESUMO

Essa dissertação teve como objetivo analisar o nível de conhecimento e conscientização dos profissionais de Educação Física da cidade de João Pessoa no estado da Paraíba quanto às normas que regem sua profissão e sobre a utilização em suas vivências práticas no ambiente escolar no exercício de sua profissão. Este tema foi escolhido por ser de extrema importância, para a área de Educação Física Escolar, pois percebe-se a necessidade que essa temática venha a ser mais desenvolvida, utilizada e comentada no meio profissional, porque foi percebido em seus resultados que o conhecimento é bastante superficial assim como a utilização dos mesmos. É diante disso que a promoção de práticas de valorização, conscientização e eficácia das normas por profissionais, órgãos e instituições, quer sejam elas públicas ou privadas virão a trazer melhorias em todos os aspectos tanto para a profissão, quanto para o profissional resultando em melhor formação para seus alunos. Foi observado com a pesquisa, que a maior parte dos profissionais pesquisados tem conhecimento das normas, porém de forma básica e que estes profissionais não seguem essas normas a princípio, tão pouco fazem a observância delas nas práticas profissionais no seu ambiente de trabalho. A realização dessa pesquisa foi de grande valia para a comunidade acadêmica, pois trata-se de um estudo pioneiro e inovador, que através dele outras pesquisas poderão surgir, pois a temática é profunda e extensa a ser cada vez mais abordada em todos os âmbitos de educação e formação profissional.

**Palavras-chave:** Educação Física. Profissão. Norma.

## **ABSTRACT**

This dissertation aimed to analyze the level of knowledge and awareness of physical education professionals in the city of Joao Pessoa in the state of Paraíba as the rules governing their profession and the use of their practical experiences in the school environment in the exercise of their profession. This theme was chosen because it is of utmost importance to the area of physical education, because we see the need for this theme will be further developed, used and commented in professional circles, because it was perceived in its results that knowledge is rather shallow well as the use thereof. It is on this that the promotion of valuation practices, awareness and effectiveness of standards for professionals, agencies and institutions, whether public or private will bring improvements in every aspect both for the profession, and for the professional resulting in improved training for their students. Was observed to the survey, the majority of professionals surveyed are aware of the rules, but the basic shape and that these professionals do not follow these rules at first, so do little observance of them in professional practices in the workplace. The realization of this research was of great value to the academic community because it is a pioneering and innovative study that through it other research could arise because the subject is deep and extensive to be increasingly addressed in all areas of education and vocational training.

**Key-Words:** Physical Education. Profession. Standard.

## INDICE GERAL

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I. Enquadramento Teórico.....</b>	<b>12</b>
1.1. A importância da Educação Física escolar.....	13
<b>Capítulo II. Apresentação do Problema .....</b>	<b>16</b>
2.1. Normas que regem a Educação Física .....	17
2.1.1. Parâmetros Curriculares Nacionais e Educação Física.....	17
2.1.2. Histórico e Constituição Federal de 1988 e a Educação Física: da educação básica: seção/disposições gerais. ....	19
2.1.3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 formação: .....	22
2.1.3.1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Educação Física: .....	25
2.1.3.2. Propostas pedagógicas para a Educação Física .....	31
2.1.3.3. Avanços com relação à Educação Física.....	32
<b>Capítulo III. Métodos e Procedimentos.....</b>	<b>36</b>
3.1. Tipo de pesquisa.....	37
3.2. Objetivos .....	37
3.2.1. Objetivo Geral.....	37
3.2.2. Objetivos Específicos .....	37
3.3. População e amostra.....	38
3.4. Instrumentos de coleta de dados .....	39
3.5. Análise dos dados.....	39
<b>Capítulo IV. Apresentação e Discussão dos Resultados.....</b>	<b>41</b>
4.1. Questionário .....	42
4.1.1. Identificação das normas que regem a prática da educação física.....	42
4.1.2. Conhecimento das normas que regulamentam e orientam a educação física escolar. ....	43
4.1.3. Conhecimento da norma no desenvolvimento do trabalho.....	43
4.1.4. Inscrição no sistema CREF/CONFED .....	44
4.1.5. Recebimento de orientação por órgãos e instituições acerca das normas.....	45
4.1.6. Respeito da norma .....	46
4.1.7. Valor da norma na profissão .....	47

4.1.8. Apresentação da norma durante a formação acadêmica.....	48
4.2. Entrevistas.....	50
4.3. Análises dos resultados das entrevistas com relação aos resultados obtidos pelos questionários.....	58
<b>Conclusões.....</b>	<b>59</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>61</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>I</b>
Apêndice I. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	II
Apêndice II. Questionário.....	III
Apêndice III. Entrevista.....	IV
<b>Anexos.....</b>	<b>V</b>
Anexo I.....	VI
Anexo II.....	VI
Anexo III.....	VI

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Identificação das normas .....	42
<b>Tabela 2.</b> Conhecimento das normas LDBEN, CF, PCN's .....	43
<b>Tabela 3.</b> Uso do conhecimento da norma no trabalho. ....	44
<b>Tabela 4.</b> Inscrição no sistema CREF/CONFED. ....	45
<b>Tabela 5.</b> Recebimento de orientação por órgãos (CONFED/CREF).....	45
<b>Tabela 6.</b> Recebimento de orientação por instituições (SEE, IE).....	46
<b>Tabela 7.</b> Respeito das normas. ....	47
<b>Tabela 8.</b> Valor atribuído à norma na profissão. ....	47
<b>Tabela 9.</b> Apresentação da norma durante a formação acadêmica. ....	48

## INTRODUÇÃO

Como profissional da área, lecionando durante anos no ensino fundamental, desempenhando a profissão em instituições na qual a Educação Física ocupava uma posição inferiorizada frente às demais disciplinas escolares e não tinha o cumprimento de suas práticas e desenvolvimento sobre o seu direito e normas estabelecidas na Constituição Federal (CF), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Contudo, este trabalho teve como finalidade identificar qual a visão dos profissionais de Educação Física em relação às normas que regulam suas práticas profissionais no ambiente escolar em instituições de ensino público e privado do estado da Paraíba. Verificou-se que os profissionais atuantes no ambiente escolar tinham pouco conhecimento sobre as normas que regulamentam sua profissão.

Esta pesquisa justificou-se pela importância de se identificar o nível de conhecimento dos profissionais de Educação Física quanto às normas que regulam sua profissão, assim como na sua formação acadêmica e a observância as normas no desenvolvimento adequado na vivência cotidiana desta disciplina curricular no ambiente escolar.

Esta dissertação está organizada em cinco partes: Após um texto introdutório, no qual é realizada uma aproximação com o objeto de pesquisa, bem como a definição dos objetivos aos quais se propõe, diante da problemática que o justifica.

Na primeira parte figuram os aportes teóricos que fundamentam o estudo, os quais serão retomados nas análises, confrontados com os dados empíricos obtidos. Busca-se nesse capítulo deixar claras as bases deste estudo, à luz das quais se compreenderá com mais profundidade os resultados obtidos.

Na segunda parte é a apresentação do problema e as variáveis desta pesquisa, onde é levantada as normas que regulam a prática e formação dos profissionais de Educação Física.

Na terceira parte foi traçada a trajetória metodológica que permeou a presente investigação. São definidas detalhadamente as características do estudo e da amostra, bem como dos procedimentos adotados para coleta e análise dos dados. Destaca-se aqui a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas empregado para analisar o material coletado junto dos participantes. Buscou-se descrever cuidadosamente todas as etapas compreendidas na adoção deste tipo de procedimento.

A quarta parte traz, a partir da análise feita, resultados e discussões acerca do tema abordado, relatado respostas obtidas a partir da aplicação de dez questionários e cinco entrevistas a profissionais de Educação Física que atuam na rede de ensino público e privado da cidade de João Pessoa do estado da Paraíba.

Na quinta e última parte são realizadas considerações obtidas na decorrência da análise dos dados, sejam eles fáticos ou bibliográficos (fundamentação teórica). Evidentemente não se pretende encerrar o conteúdo discutido, ou expor conclusões fechadas, mas sim, traçar direções para onde esses dados apontam e definir possíveis contribuições e refletir sobre o alcance de seus objetivos. Considera-se o conhecimento aqui produzido, dada à natureza da própria ciência, como algo sempre incompleto e por fazer. Permanece, contudo, a intenção de acrescentar um pouco de matéria-prima a essa construção, principal motivação daqueles que enveredam pelos caminhos da pesquisa.

O projeto foi submetido à plataforma Brasil que o encaminhou para análise do CEP (Comitê de Ética e Pesquisa) para autorização da realização desse estudo de acordo com a resolução 466/12 do CNS (Conselho Nacional de Saúde) que trata das pesquisas realizadas com seres humanos.

A pesquisa não ofereceu nenhum risco, visto que foi realizada uma simples aplicação de perguntas e respostas de forma escrita pelo questionário e de forma oral na entrevista gravada.

Os benefícios da realização desta pesquisa são muitos, visto que, através desta pode-se identificar se os profissionais de Educação Física tem conhecimento sobre as normas que regulam a sua profissão.

Para realização deste trabalho se fez necessário uma grande dedicação no estudo às normas, bem como na observância dos procedimentos e informações relatadas por parte dos profissionais.

# **CAPÍTULO I.**

## **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **1.1. A importância da Educação Física escolar**

Viver é, sobretudo aprender. No entanto existem diferentes saberes no mundo e existem também inúmeros caminhos para se chegar ao conhecimento. É possível até aceitar que os caminhos para o saber, para o conhecimento e a própria cultura são muitos, mas estes não estão inteiramente indicados ou sinalizados.

Certamente a escola é o lugar que auxilia esta sinalização, indicando os itinerários que levam ao conhecimento e aprendizado de coisas até então não aprendidas ou vista de forma superficial. A escola então passa a ser como rio em que a cada imersão, novas experiências são conhecidas. Sem deixar de levar em consideração que aquele que mergulha no rio trás consigo vivências anteriores, portanto não salta no rio estando vazio.

A escola então estaria apresentando os saberes mais elaborados, conceitos ampliados que permite ao aluno alargar sua visão sobre coisas, lugares que sozinho ele não conseguiria.

Esta escola como o local de conhecimento permite ao aluno o que existe de grandioso na ciência, ou seja, o homem perante suas dúvidas, sendo assim um processo que se da pelos erros, por negações, rompimentos, continuidades e, sobretudo por interesses humanos.

Neste ambiente marcado pelo conhecer deve haver um imenso respeito pela inteligência do aluno, pois é sabido que o aluno não se trata de um recipiente que se necessita encher ou ocupar, mas a inteligência deve ser visto como uma labareda de fogo que precisa continuar acesa para existir.

Um processo contínuo exige inovações, empenho para que se mantenha aceso, firme, sendo assim um desafio.

O papel da escola, da metodologia de ensino, do planejamento do professor é o de organizar de forma criativa o conhecimento a ser tratado, instigar o aluno a conhecer o desconhecido, com alegria e satisfação a cada conquista.

Lucena (2002, p.82.), diz que na área de Educação Física, os teóricos e os profissionais trazem grandes discussões para organização de formas adequadas para um desenvolvimento profissional adequado no ambiente escolar.

Lawson (1984), o profissional de Educação Física deve realizar diagnósticos avaliativos de ambientes e componentes para o desenvolvimento adequado de sua profissão.

As aulas de Educação Física também têm muito a oferecer na construção do saber, ocupando no ambiente escolar a posição de principal disciplina promotora da saúde e responsável por utilizar os esportes com meios de construir valores éticos e morais.

A educação em seus diversos âmbitos tem sido multifacetária em construir um perfil adequado de aprendizagem. A Educação Física é um desses âmbitos a que vem transpor limites e paradigmas neste processo, oferecendo o lúdico e a multidisciplinaridade como ferramenta para êxito neste processo.

Rodrigues (2001), trata que a Educação Física escolar deve ser vista de forma integral no ambiente escolar no processo de ensino aprendizagem do educando, proporcionando ao mesmo a formação adequada e de qualidade ao fim de todo esse processo.

A Educação Física é chamada a assumir grandes desafios na sociedade contemporânea, ao proporcionar condições diversificadas a partir de atividades que priorizam o desenvolvimento humano, através da promoção de saúde.

Assim, um dos importantes propósitos da Educação Física é conceder aos alunos condições de autoconhecimento, desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas, afetivas e sociais, que lhe permitirão construir uma vida saudável, ativa atrelada de um jeito harmônico unindo corpo, mente e espírito através de experiências diferentes de atividade física dentro e fora do contexto escolar.

Em sua teoria, Medina (2010), diz que a formação acadêmica deve dar suporte e sustentação ao desenvolvimento profissional e ter uma visão crítica, reflexiva, consciente e transformadora da realidade.

Para Batista (2008), as competências do ofício revelam a especificidade da educação física escolar e do profissional que a desenvolve neste ambiente de desenvolvimento integral do educando.

É sabido que a prática regular de atividade física é um fator preponderante na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e as práticas corporais são ferramentas auxiliadoras para que o aluno tenha consciência corporal e desenvolva hábitos saudáveis que lhe acompanharão por toda a vida. Sendo assim, os educadores e professores de Educação Física no contexto escolar têm a responsabilidade de sensibilizar os alunos para uma consciência crítica e realizar práticas esportivas dentro da escola, transpondo os muros educativos e se tornando realidades palpáveis.

Tendo em vista os pontos apresentados percebe-se a importância das aulas de Educação Física Escolar no processo de desenvolvimento humano que envolve capacidades físicas, cognitivas e sociais, resultantes das práticas da atividade física com enfoque na melhoria e manutenção da saúde, conscientizando como cidadãos responsáveis que atuam na sociedade.

Hurtado(1987), fala que uma das intenções da Educação Física é desenvolver e aprimorar as capacidades físicas e psíquicas que são indispensáveis à formação integral do homem que visa contribuir para uma personalidade emocionalmente equilibrada, socialmente ajustada e funcionalmente desenvolvida.

A Educação Física tem sido levada a romper padrões descompromissados com a formação de alunos especialmente sob o viés de promoção de saúde na escola. A Educação Física deve assumir grandes desafios no mundo contemporâneo, ao criar condições diferenciadas a partir de atividades que visam o desenvolvimento humano (Darido, 2004).

Nesse contexto, um dos importantes desafios da Educação Física Escolar é criar condições de autoconhecimento e desenvolvimento dos alunos nos domínios motores, cognitivos, afetivos e sociais, construindo assim uma vida ativa, saudável e produtiva, integrando de forma adequada e harmônica o corpo, mente e espírito por meio das vivências diferenciadas de atividade física na escola e fora dela (Alves, 2003).

Lovisol (1995), trata da formação do profissional pela licenciatura como uma formação sem identidade, sem objetivos, com focos diversos. Segundo Daolio (2006, p.36), o tipo de formação, na maioria das vezes, leva estes profissionais à falta de embasamento teórico, falta essa que impediria a transformação de sua prática.

A atividade física regular é um fator determinante na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e as práticas corporais são objeto direto da disciplina para que o aluno tenha uma consciência corporal e construa hábitos saudáveis que serão utilizados durante toda a vida. Neste sentido, cabe ao professor de Educação Física, tanto quanto aos demais educadores do ambiente escolar, construir em harmonia com os alunos uma consciência crítica que vai além das práticas corporais, com o objetivo de contribuir para a transformação da realidade da maior parcela da população que se encontra no status de sedentária (Nahas, 2003).

Diante do exposto, se vê a importância das aulas de Educação Física Escolar no processo do pleno desenvolvimento humano, mediante informações associadas à prática da atividade física direcionada à melhoria e à manutenção das condições de saúde, preparando-os para um futuro responsável de cidadãos atuantes na sociedade (Darido, 2004).

## **CAPÍTULO II.**

# **APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA**

## **2.1. Normas que regem a Educação Física**

### **2.1.1. Parâmetros Curriculares Nacionais e Educação Física**

Verificação sobre os avanços e retrocessos da Educação Física Escolar Brasileira a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais e do contexto socioeconômico. Passaram-se aproximadamente dezenove anos desde a promulgação da atual LDBEN (Lei nº 9.394 de 23 de dezembro de 1996) e da divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's (divulgados no início de 1997).

Idealizados e elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, segundo Machado:

"...tem como finalidade subsidiar a elaboração ou revisão curricular, orientar a formação inicial e continuada de professores, a produção de livros e outros materiais didáticos, o fomento da discussão pedagógica, a elaboração de projetos educativos, o trabalho cooperativo das Escolas e a avaliação de aprendizagem e do sistema educacional brasileiro" (Machado, 1998, p.91).

Porém não são documentos neutros, concordando com Arroyo (2000; P.94), que as equipes que os elaboraram tem suas visões de ciência, de conhecimento, de sua construção e apreensão.

Trazem, sobretudo, ainda que não tão explicitadas, concepções de Educação básica e do papel e perfil de seus profissionais. Trazem as marcas dos debates teóricos e políticos, optam por uma visão de educação e docência e secundariam ou ignoram outras. Concretizam estratégias e políticas de um governo e dos interesses sociais e políticos que representam.

Torna-se necessário interpretar todas as variáveis que estão presentes a visão de educação e de docência de quem elaborou os documentos; as estratégias e políticas do governo e dos interesses sociais e políticos que atendem.

É preciso ressaltar o que Alves diz:

"...a lei que rege a educação no país (Lei nº 9.394/96), em nenhum momento sugere a existência de parâmetros nacionais'. Este foi um dos motivos porque, quando a Secretaria de Educação Fundamental (SEF) começou a fazer circular sua proposta de parâmetros houve um protesto nacional, contrário à sua existência" (Alves, 1998; p.46).

Cabe analisar todos os aspectos que envolvem iniciativas como os PCN's sobre diversos enfoques: político, social, educacional, cultural e econômico: Reflexão do contexto de origem: projeto político-social-educacional, LDBEN e PCN's: projeto social-educacional numa ótica neoliberalista. Partir da compreensão de que nos últimos anos temos presenciado

profundas modificações em todo o mundo, modificações estas que ocorrem nos setores político, econômico e social, com repercussões nas esferas da educação, trabalho e cultura.

Conforme Corragio (1996: p.20), estas modificações conjugam uma nova revolução tecnológica, a globalização dos mercados, um novo balanço de poder político na esfera internacional e a predominância do mercado como instituição central. Harvey (1992: p. 117), nos diz que o que se vê na verdade é uma transição no regime de acumulação e no modo de regulação social e política a ele associado. Entre outras palavras, se vive em meio ao processo de transição do antigo sistema capitalista (o produtivo), para o atual (o financeiro). Coraggio apud Draibe (1997), as ações capitalistas são orientadas pela ideologia Neoliberal, identificando os neoliberalistas como uma aliança entre neoconservadores, populistas autoritários e um setor particular da nova classe média ascendente. Em suma, os neoliberais veem o cidadão como capital humano e a cidadania é a de mercado. Enfim, Schneider apud Draibe (1997: P.7), diz-nos que em lugar de ideologia, os neoliberais têm conceitos. Falam de necessidades nacionais, não de demandas de interesses especiais. Exigem crescimento, não distribuição. Acima de tudo tratam do futuro. Repudiam o passado. Ao cabo de pouco tempo as ideias neoliberais começam a soar como combinações aleatórias de palavras mágicas.

Rodrigues (2001) resume com extrema propriedade:

"O que se observa, porém, em uma análise mais detalhada, é que há uma atualização do discurso sobre a função social da Educação Física, justificando-a no contexto das novas exigências do processo de globalização para a sociedade brasileira, ou seja, a Educação Física vive o mesmo processo que a Escola e as demais disciplinas curriculares no interior dessa reforma educacional, em que metamorfoseiam conceitos sem, contudo, alterar as relações que os mascaram" (Rodrigues, 2001).

Nascimento (2000, p185), comenta que os PCN's buscam construir uma proposta nacional para a escola, sendo que a nomenclatura destes documentos é uma forma de procurar uma flexibilidade, devido ao caráter genérico dos objetivos, conteúdos, avaliações e orientações pedagógicas contidos nos documentos.

Os PCN's, em Educação Física enaltecem o ensino das atividades físicas sem as limitar do universo das habilidades motoras e dos fundamentos dos esportes. Os PCN's vão mais fundo, englobando os conteúdos conceituais de regras, táticas e alguns dados históricos das modalidades, adicionando reflexões sobre os conceitos de ética, estética, desempenho, satisfação, eficiência, entre outros. Tudo isso com base na vivência concreta dos alunos, o que facilita a formação de uma postura de responsabilidade perante um e outro aluno. Desta maneira, o aluno irá adquirir uma maior autonomia para aprender.

Por isso, é fundamental que o educador tenha uma reflexão e perceba a qualidade e a quantidade de vivências de aprendizagem oportunizadas pela escola, em relação com o meio social vivido pelo aluno fora da escola, em que ele é bombardeado pela mídia de massa da cultura e do lazer com mentirosas necessidades de consumo, encobertas de fórmulas instantâneas de saúde, culto da beleza, de informações enganosas e muito falatório descabido. Finalmente, uma sociedade que promete para muitos e possibilita a poucos.

Assim surge a necessidade de se reconhecer os valores, os preconceitos, e os estereótipos presentes no seu dia a dia, que estão cada vez mais forte para a geração de interesses e motivações dos alunos. Diante dessa situação, o professor deve favorecer a função social da escola como ambiente de experiências aberto para ampla parcela de a população ter acesso à vivência e à reflexão da cultura corporal de movimento (Nascimento, 2000).

Além do mais, para os Parâmetros Curriculares, o professor como educador deve buscar ferramentas para assegurar a vivência prática da experiência corporal, inserindo o aluno na produção das propostas de ensino e aprendizagem, com base em sua realidade tanto social e como pessoal, sua percepção de si e do outro, suas incertezas e necessidades de entendimento dessa mesma realidade. Só assim pode-se formar um espaço de aprendizagem relevante, que faça sentido para o aluno, em que ele tenha a oportunidade de fazer escolhas, trocar informações, estabelecer questões e construir hipóteses na tentativa de respondê-las.

Como síntese, as questões dos PCN's de Educação Física, pode-se citar Brandl (2003, p.83), quando a autora descreve que os PCN's procuram dar outro enfoque à Educação Física escolar, retirando a exclusividade do esporte nas aulas bem como orientando para metodologias e formas de avaliação mais abertas, o que dá, assim, oportunidade para todos os alunos participarem de forma mais ativa, predominando a conscientização sobre a imposição. A ênfase para este nível de ensino é da Educação Física voltada para aptidão física, procurando, de forma agradável, atender os interesses e condições dos alunos e conscientizá-los para importância da atividade física para uma melhor qualidade de vida.

### **2.1.2. Histórico e Constituição Federal de 1988 e a Educação Física: da educação básica: seção/disposições gerais.**

No período que vai de 1932 a 1945 (correspondente à era Vargas), a Educação Física estruturou-se profissionalmente na luta pelo seu espaço na sociedade. Nesse período, faz-se necessário ressaltar a contribuição da revista Educação Física, que assumiu para si a tarefa de dar legitimidade à área. Esse periódico deixou de ser somente um simples órgão informativo

para representar a palavra de ordem que estava a serviço de um ideal. Como uma das expressões de sua época e apoiando-se no discurso tido como progressista, pela elite dominante, não deixa de reproduzir a sua tendência fascista ao colocar que estava a serviço do mais sadio patriotismo e na mais firme vontade de bem servir à causa gloriosa do Brasil, pugnando pela educação do seu povo e pela eugenia de sua raça. Estabelecido esse princípio (meta), a revista assumiu a paternidade (a responsabilidade) no sentido de fomentar a Educação Física ao colocar que o seu aparecimento coincidiu com a eclosão do auspicioso movimento em prol desse importante setor da educação geral patrocinado por um grupo de dedicados oficiais do nosso Exército brasileiro (*Educação Física*, 1940, n. 42, p. 7).

De encontro a esse esforço, no intuito de buscar legitimidade para a área e o reconhecimento social de seus profissionais, a Constituição de 1937 vai tornar a Educação Física obrigatória nas escolas, fazendo surgir outras reivindicações especialmente relacionadas com a profissão, como, por exemplo, a exigência de um currículo mínimo para a graduação. Essa conquista deu-se em 1939, por meio do decreto-lei n. 1.212 que criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos e estabeleceu as diretrizes para a formação profissional. Entretanto, teve início um processo de organização e regulamentação que irá contribuir para a constituição do campo da Educação Física, pois se organizou e se regulamentou a profissão entre leigos e não-leigos na constituição do seu campo (*Recuperado de [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) 17/08/2010*).

Em 1939, com o decreto-lei n. 1.212, cria-se a Universidade do Brasil e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. No geral, os cursos têm em comum um núcleo de disciplinas básicas e um conjunto de matérias específicas em função da modalidade de atuação profissional pretendida (*Recuperado de [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) 27/09/2010*).

A duração do curso de formação do professor passou de dois anos para três anos. Entre 1945 e 1968, a formação do professor ganhou uma atenção especial, o que se pode observar de maneira nítida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – n. 4.024/ 61 (Brasil, 1961).

Todavia, se, por um lado, o curso ganhou em autonomia e flexibilidade, por outro, a forma de organização curricular proposta, poderia conduziu a perda de um núcleo identificador da área que estaria operando dentro de uma base de identidade para a formação e uma parte diversificada para a profissionalização (Souza Neto, 1999).

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 217, criou a Lei de 8.672 de 06-07-93, regulamentada em 11/11/1993, pelo Decreto 981. Esta lei conceitua e imputa atribuições ao

Desporto caracterizando o como: Desporto educacional, Desporto de participação, Desporto de rendimento (*Recuperado de em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)*).

Explorando esses conceitos e a utilidade do esporte explicitado em lei, observa-se uma inquietação singular para cada elemento da classificação. Essa singularidade pode acarretar ao esporte certa divisão, deixando o mais difícil de entender. Compreende-se que o esporte sempre está associado a propostas educativas seja na educação formal seja, na educação informal.

“Educação formal ou escolar: aquela que se realiza em agências tecnicamente orientada para este fim, escolas. Educação Não formal ou formal extra escola: Corresponde a qualquer atividade educacional organizada e sistemática, fora do sistema formal de ensino, voltada para clientela mais ampla, que a dos jovens, e visando a fornecer tipos selecionados de conhecimentos a grupos particulares de população” (Dermatini y Lang, 1985).

Na Educação Formal, o professor de Educação Física deve oferecer ao esporte um tratamento pedagógico, desenvolvendo de forma ampla e variada, permitindo ao aluno a chance de conhecer, gostar, aprender e se interessar por ele. No entanto educação não formal o esporte desenvolvido por clubes, escolinhas, fora do ambiente escolar, também poderá ter o cuidado pedagógico.

No que diz respeito ao desporto e sua associação a educação informal, ele está muito presente em nossa atualidade, e sem deixar de considerar que é uma atividade que retrata na educação social, pois tais atividades podem ser apresentadas como esporte-espetáculo sendo oferecido como uma proposta de lazer para a sociedade, sendo concordante com a definição de educação informal que é atribuída pelos autores Dermatini y Lang (1985), onde diz que atividade informal é toda ação educacional extra escolar voltada para os clientes escolares.

Assim pode-se pensar no desporto praticado em escolas informais como uma continuação do processo educacional, pois com a constante presença deles em academias, clubes, escolinhas não dar para ignorá-los, até porque nem o desporto praticado nas escolas formais ou informais está separado da educação.

Parlebás citado por Betti, fala sobre o esporte destacando que:

“O desporto não possui nenhuma virtude mágica. Ele não é em si mesmo nem socializante, nem anti-socializante. É conforme: ele é aquilo que se fizer dele. A prática do judô ou rãguebi pode formar tanto patifes como homens perfeitos preocupados com o flair play.” (Betti, 1991, p.55).

Desta maneira o desporto é aquilo que se faz dele. No ambiente escolar deve ser ensinado de uma forma organizada e sistematizada, sendo ele um conteúdo de uma área do conhecimento.

Para que a Educação Física seja cada vez mais firmada como uma disciplina e não confundida com atividades de cunho recreativo, assim o seu plano de ensino deve ser estruturado, com propostas pedagógicas que estão de acordo com a necessidade da escola, com objetivos claros, conteúdos programáticos e procedimentos metodológicos que atendam as exigências definida pela escola.

Kuns (2001), diz que no sistema escolar, a Educação Física pode ser definida como um componente curricular que se utiliza das atividades físicas institucionais (dança, ginástica, jogo, desporto escolar) para o desenvolvimento das novas habilidades motoras, bem como o desenvolvimento humano e social do aluno.

Comumente a Educação Física escolar é entendida apenas como uma prática desportiva ou vice-versa. Isso se deve a uma pedagogia tecnicista que atrelou a Educação Física ao desporto, segundo Betti:

“o período assinalou a ascensão do esporte à razão do estado e a inclusão do binômio, Educação Física/Esporte na planificação estratégica do governo. Ocorreram também profundas mudanças na política educacional e na Educação Física Escolar, que subordinou se ao sistema esportivo, e à expansão e sedimentação do sistema formador de recursos humanos para a Educação Física e o Esporte.” (Betti, 1991, p.100).

### **2.1.3. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 formação:**

Para entender de um jeito crítico a importância da Educação Física escolar, geralmente procura-se utilizar instrumentos que possam facilitar esse processo. Uma das formas mais simples e ao mesmo tempo complexa é pela própria reflexão de sua prática. A maioria dos profissionais que estão em exercício hoje, não tem tempo, e/ou interesse em refletir sobre a importância que exercem na sociedade.

A formação surge, no vocabulário político, como o principal instrumento de mudança dos professores, e as ciências da educação fizeram dela um dos seus objetos de estudo prioritários (Barbosa, 2004,p.52).

É notória e considerável a quantidade de professores que afirmam compreender o papel essencial da profissão, no entanto não apresentam argumentos convincentes da importância da mesma para seus alunos. O que aparenta é que este profissional está

acomodado, na realização do seu trabalho, e sendo assim desconhece as formas para mudar tal situação.

“A Educação Física se desenvolve e se prolifera em nosso país. E hoje, mais do que em nenhuma outra época. Desta forma, são os seus profissionais orientados a preencher este enorme campo que se abre; um campo de trabalho sem precedentes na história da Educação Física. A Educação Física deve ser entendida como disciplina que se utiliza do corpo, através de seus movimentos, para desenvolver um processo educativo que contribua para o crescimento de todas as dimensões humanas. Ela vem cumprindo de maneira mais ou menos eficiente, disciplinada e comportada a função que a ela foi destinada na sociedade” (Medina, 1987, p. 24).

Mesmo diante das experiências vivenciadas em sua formação, seja na universidade ou no mercado de trabalho, fica claro que a Educação Física não se apresenta de maneira nítida, seus objetivos por ora ficam a mercê da vontade do próprio professor, diferente de outras disciplinas que tem objetivos bem definidos, a exemplo do português que tem a finalidade de apresentar o mundo das letras, seus significados, escrita e leitura, ou da matemática que expõe a infinidade de números e suas operações (Chervel, 1990).

No entanto a Educação Física também tem seus conteúdos (jogos, esportes, danças, ginásticas, lutas), suas propostas pedagógicas e um currículo a ser seguido, só que estes parecem estar restritos apenas a teoria e bem distantes da prática ou quem sabe até se perdem na grande quantidade de informação acumulada a cada disciplina e nas diferentes áreas que podem ser seguidas, (desenvolvimento físico, saúde e etc..). Educação Física Escolar trata-se de uma matéria curricular com conteúdos próprios, onde deve estar ligada a um conjunto de conhecimentos originados no domínio acadêmico da Educação Física (Savani, 1994).

O grande desafio está em identificar qual é o momento histórico que a sociedade está passando. O processo educativo está sempre intimamente ligado ao momento histórico e necessidades sociais das pessoas, conforme comenta, Freire:

“Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador [...] No fundo, passa despercebido a nós que foi aprendendo socialmente que mulheres e homens, historicamente, descobriram que é possível ensinar” (Freire, 1996, p. 41-44).

Porém pode-se identificar, de maneira simplista, momentos históricos que influenciaram determinadas práticas. Um exemplo é quando nos referimos à Grécia Antiga como o período de maior ênfase na prática de atividades físicas e à Idade Média como o período de decadência das atividades físicas (Ramos, 2008).

É fundamental compreender o papel da Educação Física na escola atual e buscar apresentar reflexões acerca do assunto que auxiliem na elaboração de novas propostas pedagógicas para a disciplina.

No âmbito educacional uma das inquietações dos professores de Educação Física está focada no debate em torno de como a Educação Física escolar pode traçar metas para minimizar os problemas existentes no ambiente escolar.

O professor pode oferecer caminhos que ajudem na construção dos jovens como agentes transformadores, através de sua prática pedagógica. Segundo Graça (1998), o conhecimento e a capacidade de tratar a sua matéria de ensino de modo a torná-la apresentável e suscetível de proporcionar experiências de aprendizagem seguras, válidas e significativas aos alunos. Mas é primordial que o professor selecione os instrumentos de ação pedagógica que possam ser utilizados em suas aulas e que permitam envolvimento dos alunos para que assim possa haver um bom desenvolvimento.

Com o passar dos anos é perceptível notar que a sociedade brasileira adotou uma impressão que a Educação Física presente nas escolas é sinônimo de esporte, conforme Korsakas (2002), ou seja, a prática esportiva é o conteúdo central que rege as aulas ministradas pelos professores. Conhecer o esporte não implica em apenas saber realizar os gestos motores que a modalidade exige, mas é necessário saber sua história, suas regras, sua influência social e política. Perante tais aspectos percebe-se que existem propostas pedagógicas na Educação Física que permitem um diálogo crítico, e outras visões sobre o esporte.

É certo que todo profissional na área da Educação precisa de uma base teórica para seguir orientações que facilitaram sua prática pedagógica e para Educação Física não é diferente, é necessário pensar e repensar o esporte no contexto escolar levando em conta critérios de seleção que possam delimitar o conteúdo de uma disciplina que se propõe a formar que se deseja educar.

Tubino (2002), explica o esporte a partir de três manifestações: esporte-educação, que tem como meta o caráter formativo; esporte-participação, na qual sua finalidade é o bem estar e participação do praticante; esporte-performance, objetivando o rendimento dentro de uma obediência rígida às regras e aos códigos existentes para cada modalidade esportiva.

Silva indaga:

Qual o tipo de ser humano desejável para um tipo de sociedade? Será a pessoa racional e ilustrada do ideal humanista de educação? Será a pessoa otimizada e competitiva dos modelos neoliberais de educação? Será a pessoa ajustada aos ideais de cidadania do moderno estado nação? Será a pessoa desconfiada e crítica dos arranjos sociais existentes preconizada nas teorias educacionais críticas? (Silva, 2001, p.15).

A escola é o local fundado para que haja uma formação educativa. Portanto a forma de atuar do professor de Educação Física deve permitir que através dos seus conteúdos os alunos possam compreender as inúmeras maneiras que o esporte pode se apresentar. O objetivo não é o de apenas ensinar a praticar as diversas modalidades esportivas e conhecer suas formas variadas, mas perceber que a prática do esporte esta relacionada a outros valores sociais e morais que exigem reflexão e pensamento crítico.

Educação física é uma expressão que surge no século XVIII, em obras de filósofos preocupados com a educação. A formação da criança e do jovem passa a ser concebida como uma educação integral – corpo, mente e espírito como desenvolvimento pleno da personalidade (Betti y Zuliani,2002).

A educação física tem a intenção de agregar e associar conhecimento junto à educação intelectual e à educação moral. O atual currículo escolar atende aos critérios de divisão do conhecimento que está presente na ciência moderna. Assim a Educação Física encontra-se neste currículo junto à Educação Artística e as Linguagens.

A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é atividade obrigatória no ensino fundamental e médio, sendo oferecidas progressivamente oportunidades apropriadas para alunos excepcionais (Castellani Filho, 1998, p.14).

A viabilidade da sua prática exige novas reflexões, conhecimentos, criticidade, disponibilidade e dinamismo. A trilha realizada para que se chegasse à atual lei 9394/96, se reflete nas ações do presente. Não basta somente ter o conhecimento da LDBEN, é preciso a informação para que se possa propiciar as discussões democráticas sobre os entendimentos educacionais que nos levarão a enfrentar os desafios, a atender a todos os segmentos da sociedade e a contribuir com o universo escolar (Darido et al, 2001).

#### *2.1.3.1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Educação Física:*

Castellani Filho (1998, p. 5-6), aponta referência à Educação Física na Lei Constitucional nº 01 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil (Carta Magna do Estado Novo) de 10 de novembro de 1937, em seus artigos 131 e 132.

A necessidade do adestramento físico estava relacionada à construção de um corpo eficiente e produtivo, desta maneira, forte e saudável, que fosse ao mesmo tempo submisso o bastante para realizar o trabalho que lhe fosse posto sem questioná-lo, sendo obediente e disciplinado perante os padrões hierárquicos da instituição militar.

Alguns anos mais tarde, de acordo com Castellani Filho (1998, p. 5-6), a Educação Física também estava presente na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, em seu artigo 22.

Segundo o autor, a obrigatoriedade da sua vivência até os 18 anos se justificava pelo entendimento de que era essa a idade em que se dava o fim do processo de instrução escolar e a entrada no mercado de trabalho, sendo de responsabilidade deste último os cuidados com a continuidade da capacitação física do trabalhador. E para ele o mesmo entendimento se dava em referencia a época, ao limite de idade de 21 anos da legislação anterior. Porém, em 25 de julho de 1969, já durante o governo da chamada Ditadura Militar, o Decreto-lei nº 705 alterou a redação do artigo 22 da lei de 1961.

Castellani Filho (1998, p. 28-30), relata que no início dos vinte e um anos de Ditadura Militar no Brasil, a União Nacional dos Estudantes – UNE, extremamente aguerrida, vinha importunando muito os militares, que contra-atacavam deixando de lado os diversos instrumentos legais, e fazendo uso da repressão física. Alcançando, no final da década de 1960, com a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, e de outros decretos nos meses posteriores, fez com que houvesse uma quase total aniquilação da UNE. Assim, logo no ano seguinte a Educação Física se tornou obrigatória no ensino superior, conforme já se encontrava nos demais níveis de ensino.

Coube, à Educação Física a função de assegurar, através de seu caráter lúdico-esportivo, com a desistência de qualquer possibilidade de uma nova organização política do movimento estudantil. A inclusão necessária da Educação Física no ensino superior brasileiro formava uma ação inventada pelos políticos da época, com o objetivo de evitar possíveis ensejos (no campo educacional) que pudessem ocasionar o fracasso da execução do projeto de sociedade que se almejava construir.

Naqueles anos (final da década de 1960 e início da década de 1970), continuando a extensão da obrigatoriedade da Educação Física no ensino brasileiro, foram adicionadas como disciplinas também obrigatórias Educação Moral e Cívica (ensino fundamental), Organização Social e Política do Brasil (ensino médio) e Estudo dos Problemas Brasileiros (ensino superior), havendo a exclusão da disciplina Filosofia dos currículos do ensino médio.

Estas atitudes formam um conjunto de medidas que apoiavam a opção pela exclusão da disciplina Filosofia (compreendida como aquele que favorece conteúdo fortemente causador de posturas críticas), escolhendo por outras, tendo como opção a Educação Física que acreditavam estar abastecidas de ações e conteúdos potencialmente produtores de consciências acrílicas.

Então, a Educação Física no ensino superior na década de 1970 foi grandemente eficiente realizando de forma competente sua tarefa intrinsecamente desejada, a de direcionar as atenções dos estudantes para assuntos mais simples, deixando que as discussões e atritos, quando ocorrerem, limitassem aos campos esportivos (Castellani Filho, 1998, p. 29-31).

“Talvez a Educação Física, a Educação Moral e Cívica e outras disciplinas de objetivos politicamente semelhantes tenham, então, ensinando-nos a lutar somente nos arredores dos estádios de futebol e nas arquibancadas (e talvez até a Educação Artística, que vez por outra esteve tramitando ao lado da Educação Física nas mudanças na educação nacional, nos bailes funk e shows de rock’n roll), já que a Filosofia deixou de nos ensinar a lutar pelos nossos direitos políticos e sociais. É hora de reaprendermos. Mais que isso, é hora de começarmos a ensinar aos nossos alunos o que, a partir dos anos 1960, outros deixaram de nos ensinar!” (Monteiro, 2012, p. 55).

Castellani Filho (1998, p. 6-8), descreve que pouco tempo depois, em 11 de agosto de 1971, a Reforma Educacional do Ensino de 1º e 2º Graus, Lei nº 5.692, ao se referir à Educação Física em seu artigo 7º sacramentou a não referência ao limite de idade de 18 anos para a obrigatoriedade. E, complementando, o Decreto nº 69.450 de 1º de novembro do mesmo ano, que regulamentou o artigo 22 da Lei nº 4.024/61, adotou alguns outros mecanismos expressos em seu artigo 6º.

Já em dezembro de 1988, ainda segundo Castellani Filho (1998, p. 9-14), foi apresentada à Câmara dos Deputados pelo então deputado Octávio Elísio a primeira versão do Projeto de Lei nº 1.258 para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que viria a substituir a Lei nº 4.024/61.

Após alguns anos de muitas conversas e variadas propostas diferentes, em sua reta final na Câmara dos Deputados, devido à intimidação dos deputados ligados por setores da Educação Física atentos ao movimento sindical dos trabalhadores da Educação, foi recuperada e aprovada à redação do projeto original daquela Casa.

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 e dezembro de 1996, trouxe referente à Educação Física a seguinte redação estampada no parágrafo 3º do seu artigo 26 como disciplina integrada à proposta pedagógica da escola,

sendo componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos (Brasil,1996).

Pode se avaliar desta maneira que foi removida as correntes que aprisionava a Educação Física nos limites do consagrado eixo paradigmático da aptidão física (Gallardo,2003).

Ou seja, de fato, naquele momento, após diversos decretos e leis oriundos do período da Ditadura Militar no Brasil, que permitiram à área unicamente um caráter de atividade esportiva, a aprovação desse texto representou um avanço.

O artigo 26 da Lei nº 9.394/96 dispõe das recomendações para a Educação Básica.

A LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. Desde então, vem envolvendo os mais diversos tipos de educação: educação infantil (agora sendo obrigatória para crianças a partir de quatro anos); ensino fundamental; ensino médio (estendendo-se para os jovens até os 17 anos). Além de outros tipos de ensino, como a educação especial, a indígena, a do campo e ensino a distância. Esse Documento deve ser seguido, pois ele traça educação de uma forma muito mais humana e formativa. Até porque o sistema educacional envolve a família, as relações humanas, sociais e culturais (*Recuperado de [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) 17/08/2010*).

É com base na LDBEN que se encontram as ideias gerais da educação, bem como as finalidades, a formação e diretrizes para a carreira dos profissionais da educação. Além do mais, essa é uma lei que se aperfeiçoa a cada período, ficando sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados atualizá-la conforme o contexto em que se encontra a nossa sociedade. Um exemplo, é que antes o período para terminar o ensino fundamental era de oito anos. Após a atualização da LDBEN, o período se estendeu para nove anos, com idade inicial de seis anos. Outras atualizações foram feitas, como a revogação dos parágrafos 2º e 4º do Artigo 36, da seção IV, que trata do ensino médio. Daí a relevância de sua publicação, planejando nortear o povo brasileiro, garantindo seus direitos e mostrando os seus deveres (*Recuperado de [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) 17/08/2010*).

Desde sua publicação, ocorreram inúmeras atualizações na LDBEN. Essas mudanças pretende buscar melhorias para a nossa educação, sempre predominando o direito universal à educação para todos. Uma das mudanças altera a LDBEN – Educação Infantil. A partir de então, crianças com 4 anos na escola não serão mais uma opção dos pais. Está na lei. E a partir de 2016, os pais que desobedecerem aos novos parâmetros da LDBEN, poderão ser punidos com multa ou detenção de 15 dias. Outra mudança bastante significativa é quanto ao

currículo da educação infantil. Este deve seguir a mesma base em todo o país, respeitando a diversidade cultural de cada região. Além disso, o educador deverá acompanhar e avaliar o desenvolvimento das crianças, mas sem o objetivo de aprová-las ou reprová-las. Para a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, tais mudanças representam a democratização do ensino no Brasil.

Como ponto de uma avaliação geral sobre a nova LDBEN, se verificou que ela é representativa da posição neoliberal que apregoa o atual governo. Entretanto o que está sendo proposta à sociedade, não se pode negar à comunidade de forma geral e, em especial, aos profissionais da Educação Física ponderações que possam contribuir para dirimir equívocos provocados nos avanços educacionais alcançados pela área da Educação Física nos últimos anos.

Assim, passa-se a apresentar o que consta na nova LDBEN sobre a Educação Física. Quanto ao ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e médio), a lei determina em seus artigos 26 e 27.

Assim, de posse do que apresenta a lei, o grupo encaminha as seguintes proposições a serem mantidas nas diretrizes curriculares que irão nortear o desdobramento das ações da Educação Física escolar nos projetos pedagógicos das escolas:

a) Educação Infantil

A Educação Física conquistou espaço de fundamental importância na formação básica da criança. O desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, tão emergente e significativo na fase infantil, tem reflexo direto na formação de futuros cidadãos. Assim, o atendimento a essa fase deverá ser estruturado e contemplado no mais breve espaço de tempo possível (*Recuperado de [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) 17/08/2010*).

Ensino Fundamental e Médio

De acordo com a nova Lei, a Educação Física passa a ser considerada componente curricular, deixando de ser atividade. Dessa forma, ela deverá assegurar, em seu desenvolvimento, uma estruturação continuada de conteúdo em níveis de aprofundamento, nos quais as diversas manifestações da cultura corporal possam ser interpretadas, vivenciadas, recriadas e avaliadas (*Recuperado de [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) 17/08/2010*).

b) Cursos Noturnos

A Educação Física no ensino noturno é facultativa e o Parecer n.º 05/97 do Conselho Nacional de Educação – CNE – indica que a responsabilidade pela inclusão ou exclusão do

currículo cabe à escola e, em última instância, ao aluno. Isso significa que não compete ao Estado e às Secretarias Municipais exercer poder arbitrário sobre esta questão (*Recuperado de [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) 17/08/2010*).

Após o exposto, é importante que os cursos noturnos incluam em seus projetos pedagógicos o ensino da Educação Física. É extremamente importante que os professores apresentem argumentos sobre a contribuição do ensino da Educação Física na formação humana e sua importância para o exercício pleno da cidadania (*Recuperado de [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) 17/08/2010*).

#### c) Educação Superior

Da mesma forma que no ensino noturno, no âmbito da Educação superior do CNE, através do parecer n.º 376/97, manifesta-se no sentido de que não há uma aplicabilidade imediata quanto a não obrigatoriedade do oferecimento de Educação Física curricular, como tem sido interpretado pelos órgãos superiores de algumas universidades. Tal decisão deve ser remetida aos atores sociais das unidades universitárias para eventual deliberação, sob pena de se infringir o princípio da autonomia universitária (*Recuperado de [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) 17/08/2010*).

#### d) Educação Profissional

O projeto de Educação Profissional contido no texto da nova LDBEN, ao retirar do currículo as disciplinas Educação Física, Português, História, Geografia, dentre outras de formação geral, faz um retrocesso e fere princípios e fins da Educação nacional por ela determinado: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Além disso, a estrutura curricular proposta é incoerente com uma “Educação profissional integrada às diferentes formas de Educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva”(Art. 39). Assim, entendendo a Educação profissional como processo amplo e integral, a nova LDBEN não contempla a perspectiva de Educação Integral para a Cidadania (*Recuperado de [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) 17/08/2010*).

Diante desse quadro e reconhecendo as limitações e restrições legais da LDBEN, este documento aponta para a necessidade de os professores, entidades científicas e estudantes atuarem com competência para o avanço de projetos político-pedagógicos significativos no âmbito da educação brasileira.

Além da obrigatoriedade, a LDBEN, em seu inciso IV do Art. 27, trata dos conteúdos da Educação Física como sendo os de promoção do desporto educacional e apoio

as práticas desportivas não-formais. Evidentemente, tem muito a se discutir a respeito, pelo fato de haver discórdias nesta desportivização da Educação Física. A questão da mudança de postura em relação ao mencionado Decreto Lei 69.450, que inseria a iniciação desportiva e tinha como parâmetro a aptidão física, deverá ser debatida pelos doutos, pela comunidade acadêmica e pelos profissionais que estão, na prática, dinamizando a disciplina. Certamente muitas mudanças deverão ocorrer, e, novamente, o tempo será inexorável. Urge novos conceitos e pensamentos contemporâneos para a Educação Física (*Recuperado de www.portaleducacao.com.br* 17/08/2010).

Para Mizukami (1986), trata-se, pois, da necessidade de articulação do aprender, do analisar, do discutir opções teóricas em situações concretas de ensino aprendizagem, de modo que o estudado, analisado e o vivido se aproximem cada vez mais nas práticas de sala de aula.

Mattos e Neira (2000), o aperfeiçoamento diário por parte do professor que está envolvido com o processo de ensino e de aprendizagem é um caminho obrigatório orientado pela LDBEN.

#### *2.1.3.2. Propostas pedagógicas para a Educação Física*

A LDBEN em sua gestão democrática aconselha de forma pontual a autonomia da escola no processo de construção do seu plano pedagógico, com a participação dos professores, alunos, pais e funcionários levando em conta que este planejamento deve ser o alicerce que sustenta todas as decisões, metas, e objetivos da escola.

A forma democrática oferecida pela gestão da escola culmina com a produção da Proposta Pedagógica que apresenta as ideias de um grupo formado por professores, alunos, funcionários e pais, que demonstram envolvimento e que em reunião dialogam, realizam leituras e discussões, que fazem reflexões a respeito do homem, da sociedade e, sobretudo da educação.

Neste contexto que une a escola, o professor de Educação Física, como um educador deve estar inteirado do seu papel político e pedagógico na escola.

Neste momento de discussão enriquecedora, a presença ativa do docente é fundamental para impulsionar as ideias e decisões que iram compor a Proposta Pedagógica, ou seja, é inaceitável que o professor de Educação Física se coloque à parte a essas reuniões e diálogos tão essenciais dentro do contexto pedagógico escolar. Muitas vezes essa ausência impede que o mesmo se permita refletir sobre sua prática e as suas formas de interagir dentro da escola, lhe deixando por vezes distante e gerando uma imagem descompromissada que

nega os aspectos intelectuais e cognitivos que a disciplina pode oferecer e se limita a atuação prática, técnica, excludente, levando em consideração unicamente os aspectos biológicos não para educar, mas apenas treinar.

A participação do professor na construção e finalização da Proposta Pedagógica da escola permite um importante momento de estudo, reflexão, pesquisa, discussão por meio de assuntos pertinentes que possam embasar as práticas pedagógicas.

Assim, o professor de Educação Física e os demais professores das respectivas disciplinas curriculares, como parte do contexto educacional formam uma parcela importante, que não necessariamente precisa partilhar do mesmo pensamento, mas que devem canalizar suas ações tendo em vista a escola como um todo, por meio de uma dinâmica escolar multidisciplinar em prol de uma meta comum o bom desenvolvimento e aprendizado do aluno.

Concluída a Proposta Pedagógica ela deve orientar juntamente com o Regimento Escolar todas as decisões tomadas, devendo explicar os conceitos adotados nos objetivos, na organização, nas avaliações. Este documento deve considerar igualmente importante tanto os aspectos pedagógicos quanto os políticos ate porque ambos apresentam características indissociáveis.

#### *2.1.3.3. Avanços com relação à Educação Física*

Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática. A prática docente crítica implicante do pensar certo envolve o movimento dinâmico dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer (Freire, 2000).

Na atualidade, o conceito de Educação Física e suas finalidades na escola devem ser reconsiderados, com a correspondente mudança de sua prática pedagógica. A Educação Física deve admitir a responsabilidade de formar um individuo que possa se posicionar criticamente perante as novas formas da cultura corporal de movimento, são elas: o esporte-espetáculo dos meios de comunicação, as atividades de ginásio, as práticas alternativas, etc. Em contrapartida, é necessário esclarecer que a Escola brasileira, mesmo que quisesse, não poderia igualar se em estrutura e funcionamento aos ginásios e clubes, até porque sua função é outra.

A Educação Física enquanto componente curricular da Educação básica deve admitir então outra tarefa: inserir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando um cidadão capaz de produzir e transformar o meio no qual esta inserido. A integração que

possibilitará o usufruto da cultura corporal de movimento deve ser plena – é afetiva, social, cognitiva e motora. Vale dizer, é a integração de sua personalidade (Betti, 1992, 1994a).

Desse modo, não é suficiente apenas aprender habilidades motoras e desenvolver capacidades físicas, estas aprendizagens são necessárias, mas não o bastante. Se o aluno conhece e sabe os fundamentos técnicos e táticos de um esporte coletivo, precisa também saber se organizar de forma social para realizar a prática, precisa entender as regras como um elemento que torna o jogo possível, saber respeitar o companheiro sendo ele adversário ou não, como um colega e não um inimigo, pois com a ausência dele não existe competição esportiva.

É papel da Educação Física, habilitar o aluno para ser um praticante inteligente e ativo, para que ele absorva o esporte e os demais componentes da cultura corporal em sua vida, para deles tirar o que de melhor eles possam oferecer. Esta atitude gera também uma organização institucional da cultura corporal em nossa sociedade; assim é preciso prepará-lo para ser um espectador do esporte-espetáculo, para o que ele possa ter uma visão crítica do sistema esportivo profissional. Oferecer ferramentas para que o aluno possa apreciar de forma estética e técnica, oferecer as informações políticas, históricas e sociais para que ele possa investigar criticamente a violência, o doping, os interesses políticos e econômicos no esporte. É necessário dispor ao cidadão que vai aceitar aos programas de ginástica aeróbica, musculação, natação, etc., em instituições públicas e privadas, para que possa qualificar aquilo que é oferecido e discernir quais as práticas que melhor promovam sua saúde e bem-estar. É preciso preparar o leitor/espectador para analisar criticamente as informações que recebe dos meios de comunicação sobre a cultura corporal de movimento (Betti, 1992).

Assim, num processo de longo período, a Educação Física deve levar o aluno a descobrir motivos e sentidos nas práticas corporais, favorecer o desenvolvimento de atitudes positivas para com elas, levar à aprendizagem de comportamentos adequados à sua prática, levar ao conhecimento, compreensão e análise de seu intelecto os dados científicos e filosóficos relacionados à cultura corporal de movimento, dirigir sua vontade e sua emoção para a prática e a apreciação do corpo em movimento (Betti, 1992).

A Educação Física também permite, como os outros componentes curriculares, um certo tipo de conhecimento aos alunos. Mas não é um conhecimento que se possa absorver separado de uma vivência concreta. A Educação Física não pode modificar-se num discurso sobre a cultura corporal de movimento, sobre punição de perder a riqueza de sua especificidade, mas deve ser formada como uma ação pedagógica. Esta ação pedagógica a que

se propõe a Educação Física será sempre uma prática repleta de corporeidade do sentir e do relacionar-se.

O professor de Educação Física deve levar o aluno a entender o que ele sente e o seu relacionamento no círculo da cultura corporal de movimento, desta maneira ele poderá se perguntar esta intensidade e modalidade de prática corporal foram adequadas para mim? Eu me sinto bem? Houve algo significativo? Foi uma atividade prazerosa? Fiquei muito cansado? Que condições a sociedade em que vivo me permite praticar esta atividade? Quais são os grupos sociais interessados nesta prática? A Educação Física deve, progressiva e cuidadosamente, conduzir o aluno a uma reflexão crítica que o leve à autonomia no usufruto da cultura corporal de movimento (Betti, 1994a, 1994b).

Portanto, esse é um processo formado por etapas, com objetivos específicos, que respeitam os níveis de desenvolvimento e as características e interesses dos alunos. Na primeira fase do Ensino Fundamental (1º ao 3º /4º anos), é preciso levar em conta que o movimento é um elemento fundamental da vida infantil, e que uma adequada e variada estimulação psicomotora está ligada com o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança.

A partir do 4º /5º anos do Ensino Fundamental, deve-se priorizar a iniciação nas formas culturais do esporte, das atividades rítmicas/dança e das ginásticas. É essencial considerar que, nessa etapa, a aprendizagem de uma habilidade técnica deve ser algo secundário, primeiramente é importante que o ambiente do jogo, da dança ou da ginástica seja marcado pelo lúdico e esta seja uma atividade prazerosa.

O aperfeiçoamento em gestos motores mais específicos ou mais complexos deve ser buscado no 7º e 8º anos do Ensino Fundamental, quando também pode começar um trabalho que visa à aptidão física as capacidades físicas (resistência, força, velocidade e flexibilidade). Outro objetivo que deve sempre estar presente são as formas de prevenção de problemas posturais, com atividades específicas e informações sobre o tema. Nesta fase inicia-se também a organização de conceitos envolvendo teorias sobre a cultura corporal de movimento, fazendo uma ligação entre a prática e o conhecimento, bem como a associação com outras matérias (em especial Ciências, História e Estudos Sociais) (*Recuperado de [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) 17/08/2010*).

O Ensino Médio merece atenção especial. Estudos demonstram uma progressiva desmotivação em relação à Educação Física já desde o final do Ensino Fundamental (Caviglioli, 1976; Betti, 1986; Zonta, Betti & Liz, 2000). Os adolescentes possuem uma visão

mais crítica, e já não dão tanto valor à Educação Física. A atividade física, as brincadeiras e os jogos que estavam em primeiro plano em suas vidas até 12 ou 13 anos, dar espaço para outros assuntos de interesse (sexualidade, trabalho, vestibular, etc.).

No Ensino Médio, passa a existir dois grupos de alunos: os que vão se reconhecer com o esforço repetitivo e intenso da prática esportiva formal, e os que vão perceber na Educação Física razões direcionadas ao lazer e bem-estar. Portanto, a Educação Física no Ensino Médio deve proporcionar o atendimento desses novos interesses, e não se limitar a repetir aquilo que era feito nas séries anteriores, ou seja, fazer de novo colocando apenas alguns fatores um pouco mais aprofundados (*Recuperado de [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br) 17/08/2010*).

Os conteúdos do programa de Educação Física, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, deve possuir características próprias e inovadoras, que levem em conta a nova fase intelectual, afetiva e social, vividas pelos adolescentes. Disto isto, não quer dizer esquecer-se de inserir o aluno na cultura corporal do movimento. Pelo contrário, no Ensino Médio pode-se permitir ao aluno usufruir dessa cultura, por meio das práticas que ele reconheça como importantes para ele. Por outro lado, o desenvolvimento do pensamento lógico e abstrato, a capacidade de analisar e de criticar estando aguçada nessa faixa etária permite uma abordagem mais complexa de aspectos teóricos (aspectos socioculturais e biológicos), fatores fundamentais para a formação do cidadão capaz de escolher, de maneira plena e autônoma, a cultura corporal de movimento. A aquisição desse conjunto de conhecimentos deverá acontecer na prática de atividades corporais com metas destinadas ao lazer, saúde e competição esportiva.

## **CAPÍTULO III.**

# **MÉTODOS E PROCEDIMENTOS**

### **3.1. Tipo de pesquisa**

O presente estudo se configurou como sendo de uma pesquisa campo, possuindo caráter descritivo, exploratório e longitudinal, pois pode verificar em momentos distintos a percepção objetivada da pesquisa. Segundo Gil (2007), o estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis.

De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência.

Do ponto de vista de seus objetivos para Gil (1991), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses.

### **3.2. Objetivos**

#### **3.2.1. Objetivo Geral**

Analisar se os profissionais de Educação Física conhecem as normas que regem a prática profissional na escola e a visão dos mesmo quanto a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) e CF (Constituição Federal) nas instituições de ensino público e privado da cidade de João Pessoa no estado da Paraíba - Brasil.

#### **3.2.2. Objetivos Específicos**

1. Identificar o conhecimento dos profissionais de Educação Física das normas que regem a sua prática profissional;
2. Identificar a relação entre as normas existentes e a prática da Educação Física escolar nas instituições de Ensino do estado da Paraíba;
3. Verificar se ocorre relação da prática da Educação Física escolar com as normas que a regulamenta.

### **3.3. População e amostra**

A população desta pesquisa foi composta por profissionais de Educação Física que atuam nas escolas públicas e privadas com a disciplina curricular Educação Física na Cidade de João Pessoa no estado da Paraíba.

Os participantes foram questionados em seus respectivos locais de trabalho. Optou-se por aplicar os questionários nos locais de atuação profissional dos participantes em virtude da anuência das instituições para a realização da pesquisa.

Após aprovação do projeto, foram realizados os primeiros contatos com os participantes para exposição dos objetivos da pesquisa, solicitação de sua participação a partir do termo de consentimento livre e esclarecido (apêndice I), respeitando todos os aspectos éticos da coleta. Foi garantido aos mesmos que seus dados seriam tratados em conjunto e que seria mantido o sigilo sobre todos os dados.

Teve-se como população e amostra desta pesquisa dez professores que lecionam a disciplina Educação Física nos 6º, 7º, 8º e 9º anos, que compõem o ensino fundamental II das escolas do ensino público e privado do estado da Paraíba.

Inicialmente foi procurada a instituição de ensino fundamental sem critérios quanto à preferência, apenas localização e conseqüentemente contataram-se os professores de Educação Física sujeitos dessa pesquisa.

Uma vez que os profissionais de Educação Física foram tomados como categoria teórico-empírica central desta pesquisa, foram selecionados intencionalmente cinco escolas privadas e públicas do município de João Pessoa.

Os dez professores foram selecionados sendo dois docentes por unidade escolar, que os mesmos se dispuserem a participar da pesquisa e que se encontravam no ambiente de trabalho no momento da visita no campo de pesquisa pelo pesquisador. As escolas foram selecionadas geograficamente divididas em cinco regiões: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro, para assim, traçar um perfil fidedigno da realidade da capital João Pessoa do estado da Paraíba.

Após terem sido coletadas as informações pelo questionário (apêndice II), o pesquisador voltou ao ambiente escolar visitado e realizou uma entrevista com um dos dois profissionais da escola, assim totalizando cinco participantes.

### **3.4. Instrumentos de coleta de dados**

Os participantes foram contatados previamente para solicitação de seu consentimento livre e esclarecido e sua colaboração com esta pesquisa. Foram definidos, então, data, horário e local do encontro para realização da pesquisa.

Os instrumentos de coleta de dados desta pesquisa foram um questionário (anexo II) onde foram elencadas perguntas sobre as normas que regulam a profissão e uma entrevista (anexo III) composta por questionamentos que trouxeram um feedback sobre o questionário aplicado e alguns complementos particulares.

Segundo Bogdan & Biklen (2010), uma entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. Anderson & Kanuka (2003), consideram a entrevista como um bom método na recolha de dados, por meio do qual o investigador reúne dados, através da comunicação entre indivíduos.

Esses instrumentos objetivaram definir características desta prática e o domínio do conhecimento da temática por parte da amostra e ser um instrumento documental. O programa teve durabilidade de coleta de dados de maio a junho, na qual os questionários foram aplicados nesse período.

O questionário aplicado aos professores teve o acompanhamento do pesquisador no momento da aplicação para que assim fizessem a interpretação correta e fossem obtidas respostas coerentes às perguntas.

A entrevista foi realizada no ambiente escolar, gravado em um celular da marca iPhone 4 e depois transcrita e organizada neste trabalho.

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre do ano de dois mil e quinze no período dos meses de abril à maio nas mesmas escolas e com um dos dois professores que participaram do momento anterior de respostas ao questionário.

### **3.5. Análise dos dados**

No caso do questionário foram utilizados as técnicas estatísticas descritivas adequadas.

A análise dos dados foi realizada através da Estatística Descritiva com uso da planilha eletrônica e pelo programa Microsoft Word, além de descrição de todo o percurso do estudo e dos resultados da pesquisa.

As cinco entrevistas foram transcrita em palavras no Microsoft Word utilizando o método de análise do discurso cujo objetivo é não somente compreender uma mensagem, mas reconhecer qual é o seu sentido, ou seja, o seu valor e sua dependência com um determinado contexto (Vergara, 2005, p. 25-36). A análise do discurso se preocupa em mostrar além do conteúdo, como está sendo usado determinado conteúdo e quais a consequências deste uso.

## **CAPÍTULO IV.**

# **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

## 4.1. Questionário

### 4.1.1. Identificação das normas que regem a prática da educação física

Tendo como verdadeira a afirmativa de Castellani Filho (1998), que a Educação Física é parte integrante e integrada da proposta pedagógica da escola, foi questionado aos profissionais de Educação Física do estado da Paraíba da rede pública e privado quanto ao seu conhecimento das normas que regem a Educação Física e o desporto.

**Tabela 1.** Identificação das normas

CATEGORIA	N
LDB	1
PCN	1
CF	0
Todas	8
<b>TOTAL</b>	10

Verificou-se que oito dos profissionais detinha o conhecimento que todas as normas citadas no questionário tinham contribuição e tratavam da Educação Física, tendo assim oito dos questionados a sapiência quanto a este importante dado para a prática profissional, e os demais pesquisados apenas pontuaram a LDBEN e os PCN's não incluindo de forma errônea a CF/88.

O problema da educação do Brasil não é a falta de leis que garantam os direitos dos alunos e dos professores a uma educação de qualidade, pois a LDBEN e outras normas tem nos seus artigos o suficiente para isto, a questão é que muitos professores não têm conhecimento e não exige o cumprimento da lei, por governantes que não fazem a menor questão de proporcionar as nossas crianças e adolescentes educação básica de qualidade.

Lawson (1984), ao abordar as questões relacionadas à profissão, ao profissionalismo e à profissionalização na Educação Física um membro desta profissão deve apresentar um interessante diagnóstico ao observar que os membros de uma profissão devem estar comprometidos com uma carreira, atentos às mudanças sociais e preocupados com a própria capacitação, enquanto os outros, trabalhadores, podem variar muito a natureza de suas atividades, bem como executar suas tarefas pautando-se, via de regra, no método da tentativa e erro ou da tradição.

#### **4.1.2. Conhecimento das normas que regulamentam e orientam a educação física escolar.**

A segunda questão realizada foi acerca do conhecimento real das normas citadas na questão anterior por parte da população da pesquisa.

**Tabela 2.** Conhecimento das normas LDBEN, CF, PCN's

CATEGORIA	N
Sim	3
Não	1
Mais ou menos	6
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Pode-se observar com os dados obtidos, que três indivíduos da amostra tinham conhecimento efetivo das normas reguladoras da Educação Física, no entanto uma grande parcela desta correspondente a mais da metade dos questionados revelam que conhecem superficialmente, não possuem conhecimento pleno das normas, enquanto apenas um não detém deste tipo de conhecimento tão importante para atuação profissional de um profissional de Educação Física no ambiente escolar.

Castellani Filho(1998); Bonelli (1999, p. 315), reconhecem que foram pouco exploradas as abordagens sobre as relações entre profissionalismo, Estado e sociedade, principalmente, no linha investigativa do papel que as profissões desempenharam, para além dos benefícios próprios.

Freire (1996), ao expressar que o ensinar não se limita apenas em transferir conhecimentos, senão também no desenvolvimento da consciência de um ser humano inacabado em que o ensinar se torna um compreender a educação como uma forma de intervir na realidade da pessoa e do mundo.

Assim, percebe-se que sem o conhecimento adequado pelo professor não haverá formação adequada do aluno.

#### **4.1.3. Conhecimento da norma no desenvolvimento do trabalho**

Também foi questionado na pesquisa se os profissionais faziam uso do conhecimento da norma nos seus procedimentos educacionais na prática no desenvolvimento das aulas de Educação Física.

A disciplina de Educação Física, por sua vez, deve participar estando integrada à proposta pedagógica da escola, assim como preconiza a nova LDBEN (Brasil, 1996).

**Tabela 3.** Uso do conhecimento da norma no trabalho.

CATEGORIA	N
Sim	3
Não	1
Às vezes	6
<b>TOTAL</b>	10

É observada neste quadro, que ainda é pouco representativo a quantidade dos profissionais que fazem uso do conhecimento da norma na sua prática profissional, apenas três dos que fizeram parte da pesquisa utilizam seus conhecimentos normativos no seu dia a dia no trabalho. Com isso pode-se perceber que mesmo que uma amostra maior como mostrado em dado anterior detenha o conhecimento da norma, mesmo que superficial apenas parte deste faz uso real na sua atividade profissional do dia-a-dia escolar em suas aulas de Educação Física, enquanto a grande maioria afirma que só às vezes trabalham de acordo com a normatização regente e um não utiliza.

Freire (2000), diz que é na práxis que as superações poderão ocorrer levando a uma concepção reflexiva e de impacto tanto nos processos de formação de educadores, quanto nas práticas de sala de aula, por extensão.

Rodrigues (2001), resume com extrema propriedade o que se observa, porém, em uma análise mais detalhada, é que há uma atualização do discurso sobre a função social da Educação Física, justificando-a no contexto das novas exigências do processo de globalização para a sociedade brasileira, ou seja, a Educação Física vive o mesmo processo que a Escola e as demais disciplinas curriculares no interior dessa reforma educacional, em que metamorfoseiam conceitos sem, contudo, alterar as relações que os mascaram.

É necessário agir de forma incisiva em todas as instâncias e nos vários sistemas de ensino (federal, estadual e municipal), evitando marginalizações, exclusões, discriminações e tratamentos diferenciados entre as áreas de conhecimento no âmbito escola (Lawson,1984).

#### **4.1.4. Inscrição no sistema CREF/CONFED**

As Instituições de Ensino Superior (IES) e muitos de seus egressos têm convivido com diversos embates envolvendo a área de Educação Física após o surgimento da Lei

9696/98 que criou o Conselho Federal de Educação Física e os respectivos Conselhos Regionais (Brasil, 1998).

Houve também um questionamento acerca da inscrição dos profissionais de Educação Física no sistema CREF/CONFED, conselhos, órgãos gestores da prática profissional do educador físico.

**Tabela 4.** Inscrição no sistema CREF/CONFED.

CATEGORIA	N
Sim	6
Não	4
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Este foi um dado de grande valia da pesquisa, seis dos profissionais pesquisados estão inscritos no seu conselho profissional, regularizados, sendo que os outros quatro restantes não estão inscritos, que indica ser um índice auto de filiação, haja vista a profissão ser regulamentada desde o ano 1998. Algo preocupante a ser observado aqui, é que o total da quantidade dos profissionais não registrados no sistema CREF/CONFED faz parte da rede pública de ensino, ou seja, o próprio estado não tem tido a preocupação quanto a regulamentação do profissional no seu ambiente de trabalho.

Na área de Educação Física, os teóricos, pesquisadores, docentes e representantes institucionais têm assumindo uma discussão histórica neste âmbito, com reivindicações e propostas de reorganização dessa classe trabalhadora (Lucena,2002, p.82.)

#### **4.1.5. Recebimento de orientação por órgãos e instituições acerca das normas**

Foi feito um questionamento aos profissionais quanto ao recebimento de orientação e fiscalização por parte dos órgãos (CONFED/CREF) e/ou instituições (SEE, IE) que orientam e fiscalizam a prática profissional.

**Tabela 5.** Recebimento de orientação por órgãos (CONFED/CREF)

CATEGORIA	N
Sempre	6
Às vezes	0
Nunca	4
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

**Tabela 6.** Recebimento de orientação por instituições (SEE, IE)

CATEGORIA	N
Sempre	5
Às vezes	0
Nunca	5
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>

Foi verificado que quanto ao recebimento de orientação e fiscalização realizada por parte de órgãos gestores da profissão obteve-se como resultado que seis indivíduos da amostra têm este tipo de procedimento realizado por estes órgãos e os outros quatro não o recebem.

Estes dados são compatíveis em plenitude com os obtidos no item anterior, trazendo a fidelidade dos fatos, pois, se não inscritos como ter acesso recíproco entre profissional e órgão? Já acerca das instituições realizarem tais procedimentos a quantidade é dividida ao meio com cinco indivíduos para ambas variáveis abordadas.

Se faz necessário relatar que a parte que não tem nenhum tipo de fiscalização ou orientação são aqueles profissionais que fazem parte da rede pública de ensino, ratificando o descaso do estado quanto a boa orientação e proteção aos seus profissionais onde com certeza gerará variáveis no desempenho da sua profissão que refletiram na formação dos alunos a eles destinados ao ensino.

Desse modo, o investimento na formação torna-se ponto de partida para as possibilidades de melhoria da profissão e para a ressignificação de sua prática. Entende-se que a formação contribui para uma reflexão permanente voltada para a construção de uma educação orgânica que religa os saberes e vai ao encontro da dinâmica de desenvolvimento do ser humano (Monteiro, 2012, p. 88).

As competências do ofício revelam a especificidade da profissão, que caracterizam a atuação do professor na escola (Batista, 2008).

#### **4.1.6. Respeito da norma**

Foi questionado sobre as normas que regem sua profissão e se elas são respeitadas de maneira geral no dia a dia da prática profissional no ambiente de trabalho.

**Tabela 7.** Respeito das normas.

CATEGORIA	N
Sempre	1
Às vezes	2
Nunca	7
<b>TOTAL</b>	10

Os dados acima mostram a percepção dos pesquisados quanto ao respeito das normas de maneira geral. Pode-se observar que a maior parte relata que não existe respeito nenhum das normas reguladoras da profissão.

Mattos e Neira (2000) comentam que a LDBEN dá um caminho obrigatório para a escola, que é o aperfeiçoamento diário por parte do professor que está envolvido com o processo de ensino e de aprendizagem.

A licenciatura em Educação Física visa proporcionar maior conhecimento sobre Educação em geral, teoria e prática da educação física nos diferentes níveis de ensino. Cabe aqui ressaltar que teoria e prática devem estar intimamente convergentes, pois ações práticas possibilitam alterações no que está posto. No entanto, uma teoria deve lhe dar suporte e sustentação, pois caso contrário seria apenas uma imitação, sem sentido e sem reflexão consciente e transformadora (Medina,2010).

#### **4.1.7. Valor da norma na profissão**

Também foi questionado aos participantes quanto ao valor dado por eles às normas reguladoras de sua profissão. A tabela 8 mostra em percentil a visão atribuída por estes profissionais a este item levantado.

**Tabela 8.** Valor atribuído à norma na profissão.

CATEGORIA	N
Muito importante	8
Importante	2
Pouco importante	0
<b>TOTAL</b>	10

É observado neste item que os pesquisados atribuem grande importância às normas reguladoras de sua profissão, oito dos questionados da amostra atribuem a qualificação de

importantíssima a existência de tais normas para asseguraram os procedimentos, desenvolvimentos e atribuições legais da profissão. No entanto, com esta pesquisa foi verificado que, mesmo dando tamanha importância às normas, nem todos têm acesso ao conhecimento ou fazem uso deles na sua prática profissional.

O domínio do conteúdo pedagógico da Educação Física está intimamente relacionado a dimensão técnica e o conhecimento teórico especializado (Ramos et al., 2008).

É importante conhecer essas normas para saber os direitos e deveres do professor, do estado e da família, além disso, são normas do país e deveriam ser seguidas. É imprescindível conhecer o que as normas exigem e oferecem, como: conduta do professor, relação família e escola, estrutura da escola, o direito à educação, a responsabilidades das instituições, entre outros artigos que explicitam o respeito, a educação e o cumprimento dessas normas.

Ao mesmo tempo, a formação e todos os conhecimentos a serem adquiridos tornam-se um poderoso processo de controle sobre o desempenho do professor e os resultados do seu trabalho, no contexto da emergência de novos modos de regulação da educação (Barbosa, 2004,p.52).

#### 4.1.8. Apresentação da norma durante a formação acadêmica

O quadro 9 mostra as respostas atribuídas por parte dos educadores questionados acerca da sua formação acadêmica, se ao decorrer de sua formação teriam sido apresentado estas normas.

**Tabela 9.** Apresentação da norma durante a formação acadêmica.

CATEGORIA	N
Sim	2
Não	2
Algumas, não todas	6
Só uma	0
<b>TOTAL</b>	10

Este dado acima apresentado se torna muito importante, pois através dele pode-se perceber de onde surge a deficiência na detenção do conhecimento da norma. É verificado que a maioria dos questionados, um total de seis em dez, relatam que tiveram acesso a algumas e não todas as normas, isso vem de acordo com relatos ouvidos no acompanhamento realizado na aplicação do questionário relatado na metodologia, que não tiveram acesso ao constituição

federal, pois em sua grade curricular não abrangia tal conteúdo. Outros dois elementos da amostra relatam que tiveram acesso a todas as normas, e outros dois que responderam que não tiveram acesso a nenhuma norma.

Por isso que, na formação continuada de professores o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. [...] ensinar exige reconhecimento e a assunção da identidade cultural (Freire, 2000, p. 44 - 46).

“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal” (Brasil, 1996a).

De acordo com Lovisolo (1995), os cursos de licenciatura em educação física ao longo dos anos vêm sofrendo com a falta de uma identidade profissional e também a ausência de um objeto de estudo claro para área. Por sinal, esta é uma das características da educação física, decorrente da diversidade de abordagens e conseqüente abrangência de seu campo de estudo, com suas múltiplas identidades.

Lovisolo (1995) compara os currículos das instituições superiores de educação física a um mosaico ou uma colcha de retalhos. Obstáculos como desarticulação entre teoria e prática, cisão entre formação pedagógica e formação específica, acrescido de uma tendência ao encurtamento na duração dos cursos superiores, apesar de não ser exclusividade dos cursos de Educação Física, afetam a qualidade da formação.

Segundo Daolio (2006, p.36), o tipo de formação, na maioria das vezes, leva estes profissionais à falta de embasamento teórico, falta essa que impediria a transformação de sua prática.

Pode-se perceber que o processo de formação do educador muitas vezes é frágil e as teorias não são incorporadas a ponto de refletirem em sala de aula.

Mizukami (1986), diz que essa possível desarticulação sugere um repensar dos cursos de formação de professores, que leve à análise de conteúdos, métodos e posturas pedagógicas, além de averiguar as abordagens do processo de ensino aprendizagem e suas especificidades, considerando-se as diferentes manifestações de comunidades distintas, a escolar e seus sujeitos.

Assim, pode-se perceber através de todos os dados informativos levantados nesta pesquisa que os profissionais de educação física que atuam no ambiente escolar relatam em

sua maioria que possuem conhecimento sobre as normas, que é percebido que eles identificam quais as normas regulam a profissão, sendo também como dados de grande relevância que os mesmos atribuem elevada importância a essas normas.

Porém foi percebido que no que tange a sua formação profissional e a aplicabilidade das normas no seu dia a dia de trabalho profissional que existe uma grande insegurança e dúvida de tais procedimentos e do que fazer desde sua formação até a aplicação no ambiente escolar.

Agora o fator de maior preocupação é que esses profissionais jugam e relatam que percebem na prática profissional a ausência de respeito as normas regulamentadoras de sua profissão.

## 4.2. Entrevistas

Inicialmente e após agendamento prévio de horário e local, foi realizada toda a apresentação e finalidade da entrevista dando acesso de forma verbal à metodologia deste estudo, prosseguindo com o início das perguntas e gravações das respostas seguindo roteiro de perguntas explícitas no apêndice III deste estudo.

### Professor 1

Foi perguntado ao professor se na sua formação acadêmica teve acesso ao conhecimento de quais normas legais legislam sobre a prática da Educação Física escolar e do desporto? Ele respondeu que *Pouquíssima*. Então o entrevistador solicitou que o mesmo justificasse sua resposta, e o mesmo disse que *Na verdade, tive acesso à LDBEN (superficialmente) e aos PCN's também de forma muito insatisfatória. Ainda que houve alguns debates sobre a regulamentação da profissão.*

Em sequência lhe foi perguntado se ele hoje tem conhecimento real do que cada norma trata especificamente em sua regulamentação? Ao que respondeu : *De certo modo sim. Pelo menos de algumas delas, desde o entendimento de alguém que é leigo em legislações. Esse pouco conhecimento de termos técnicos e outras limitações tornam o entendimento mais complicado.*

Como terceira pergunta da entrevista foi se na sua prática profissional você faz uso do conhecimento das normas para realização do seu trabalho? Foi obtido como resposta que *Trabalho em duas áreas distintas: Educação física escolar (onde tenho por obrigação aplicar*

*o que é determinado pela LDBEN) e na área não escolar – como personal trainer- onde tenho que levar em consideração temas relacionados com o Código de ética do profissional de educação física. Outros assuntos relacionados a construção e cumprimento de contratos também fazem parte do cotidiano do personal justificando assim sua resposta.*

O docente foi perguntado se estava inscrito no sistema CREF/CONFEF? Respondeu: *Sim.* E quais os fatores e as razões de estar inscrito? Respondeu: *Desde que terminei a graduação me inscrevi imediatamente. Porque a lei 9696 de 1998 só permite a atuação do profissional de educação física por pessoas inscritas no conselho. Creio que é um dever do profissional.*

Na quinta pergunta sobre qual o valor que atribui ao sistema CREF/CONFEF? Por quê? Respondeu: *Deveria ser grande. O conselho deveria servir para proteger a população de um possível risco proveniente de má prestação de serviço ou por atuação irregular de profissionais ou pessoas não habilitadas. Infelizmente não é o que se vê. Nota-se que um interesse financeiro e político tem se sobreposto aos reais ideais da profissão. De certo modo o que se percebe é que se uma pessoa paga sua anuidade em dia o resto está certo. Por outro lado, um mesmo grupo está se alternando no poder do CREF, fazendo com que não haja renovação em pessoas, valorização da profissão deixando o conselho em descrédito diante dos profissionais.*

Também foi perguntado se no dia a dia do ambiente escolar percebe o respeito das normas na prática letiva? Ao que respondeu: *Infelizmente não. Ainda vemos que a prática profissional se afasta muito do que deveria ser. A LDBEN em realidade não é respeitada na escola. Um exemplo disso é que tratam a educação física como facultativa no ensino médio, quando sabemos que seria componente curricular obrigatório. O ato de Jogar a bola e deixar os alunos fazerem o que bem entendem é uma realidade. Não se seguem as normas técnicas e sequer um princípio ético da boa prestação de serviço.*

Quanto ao questionamento sobre a regulamentação e legislação a respeito da educação física escolar, qual importância é dada por você a essas normas? Foi respondido que *É de suma importância. A necessidade da regulamentação da profissão por exemplos trouxe inúmeros benefícios para a classe profissional e para a sociedade como um todo.*

*As disposições legais que regem a educação física em sua prática, são bem pertinentes. No entanto cai no mesmo problema fundamental que ocorre em quase todas as facetas do nosso país: problemas com a fiscalização (que quando não é corrupta, é ineficiente).*

Da mesma forma foi perguntado ao entrevistado de como é desenvolvida a educação física escolar ao seu ver atualmente? Na sua percepção está adequada a norma? Justifique.

*Na prática é um caos total. Como alguns profissionais não tiveram acesso às normas, e tampouco quiseram buscar estas informações, temos um distanciamento do que a educação física é para o que deveria ser.*

Foi solicitado ao professor que : De forma breve e concreta diga a que se remete as normas abaixo identificadas:

- a) Constituição Federal: Resposta : *Conjunto de direitos fundamentais do país.*
- b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) : Resposta: *Regulamentam e direcionam a educação do país especificando cada fase e atribuindo responsabilidades.*
- c) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): Resposta: *Direcionamento e estruturação da educação do Brasil. Em seus diferentes volumes trata de cada área específica tentando interligar os temas através da interdisciplinaridade e de temas transversais atuais e pertinentes.*
- d) Citar outras: Resposta: *Creio que um dos documentos indispensáveis à atuação profissional é o código de ética do profissional de educação física.*

Este estabelece os limites da profissão e sua relação com a atuação pautada nos princípios da moral e do respeito.

## **Professor 2**

Professor 2 na sua formação acadêmica você teve acesso ao conhecimento de quais normas legais legislam sobre a prática da Educação Física escolar e do desporto? Por favor Justifique sua resposta. *Sim, tivemos disciplinas em que tratavam exatamente destes assuntos durante o curso.*

O senhor hoje tem conhecimento real do que cada norma trata especificamente em sua regulamentação? *Tenho conhecimento apenas de algumas, não de todas.*

E quanto a sua pratica profissional você faz uso do conhecimento das normas para realização do seu trabalho? *Sim.* Justifique sua resposta. *Procuro colocar em prática normas que conheço e que acredito serem relevantes para o processo educacional.*

Por favor, me diga se você é inscrito no sistema CREF/CONFED? Por que ? *Sim, pois é um conselho que regulamenta a profissão do educador físico na área de atividade física e atividades desportivas.*

De forma bem clara me diga qual importância você atribui ao sistema CREF/CONFEF e o por que? *Regulamentar, fiscalizar e orientar o exercício profissional no âmbito de atividade física. Para que somente os profissionais formados em Educação Física possam atuar nesta área, uma vez que, são formados e capacitados para tal.*

Agora professor 2 me informe se no seu dia a dia no ambiente escolar você percebe o respeito as normas na prática escolar? *Algumas. Justifique sua resposta por favor Ainda vejo muitas falhas no que diz respeito ao cumprimento das normas, seja no âmbito escolar ou não. Por exemplo, nem todos os professores que estão na escolas são devidamente registrados no conselho(CREF).*

E sobre a regulamentação e legislação a respeito da educação física escolar, qual importância é dada por você a essas normas? *Acredito que as normas sejam para regulamentar e facilitar a educação de um modo geral, seja na área de atividades físicas desportivas ou não.*

Ao seu ver, como é desenvolvida a educação física escolar ao seu ver atualmente? Na sua percepção está adequada a norma? Justifique-se por gentileza. *Quando existente a educação física é vista hoje como uma disciplina optativa e sem importância. Tem sido servido na maioria das vezes com uma aula para fugir das outras disciplinas e muitas vezes até como uma aula para ficar sem fazer nada, visto que, em algumas escolas a aula não é obrigatória e em alguns casos ainda são solicitados pelos alunos e até pelos pais dos mesmos, atestados médicos falsos para não participar da aula.*

Agora para concluirmos diga de forma breve e concreta diga a que se remete as normas abaixo identificadas:

- a) Constituição Federal – *Remete a direitos e deveres de um cidadão no âmbito federal.*
- b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – *Regulamentam as normas e diretrizes da educação, no setor público e privado.*
- c) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) – *Garantem uma padronização do sistema educacional, com o objetivo de melhorar e oferecer educação de qualidade a todos.*
- d) Citar outras: NÃO RESPONDEU

### **Professor 3**

Bom dia professor 3, por favor me informe se na sua formação acadêmica você teve acesso ao conhecimento de quais normas legais legislam sobre a prática da Educação Física escolar e do desporto? *Sim. Justifique sua resposta. Mais muito superficial o conhecimento legais sobre a prática da educação física veio com os estudos após o término da minha formação acadêmica. E uma das coisas mais importantes que aprendi sobre as normas que legislam o curso foi respeitar a vida, dignidade e a integridade do individuo sem qualquer tipo de preconceito.*

Professor em um análise pessoal, me diga se você hoje tem conhecimento real do que cada norma trata especificamente em sua regulamentação? *Sim, pois cada norma é de extrema importância para que sua conduta profissional seja adequada para com seus alunos, visando uma melhor aprendizagem, aumentando seu comprometimento com a sociedade no geral.*

Gostaria de saber também se na sua pratica profissional você faz uso do conhecimento das normas para realização do seu trabalho? *Sim. Justifique sua resposta. Pois sem ela é impossível de se aplicar um trabalho com responsabilidade social, respeitando as características individuais de cada cidadão.*

E você é inscrito no sistema CREF/CONFED? Por que? *Sim, porque ele é órgão que regulamenta nossa profissão nos deixando respaldados por lei, e protegendo a sociedade de profissionais irregulares.*

Na sua avaliação diga qual importância você atribui ao sistema CREF/CONFED? Por que? *É de extrema importância para que os profissionais da área fiquem cada vez mais fortalecidos contra, contra os falsos profissionais que hoje em dia sujam a imagem do profissional de Educação física.*

Baseado na construção da temática me relate se no seu dia a dia no ambiente escolar você percebe o respeito as normas na prática escolar? *Não. Justifique sua resposta. Pois infelizmente nem todo mundo conhece as normas da prática escolar, é de extrema importância que a equipe pedagógica como os alunos tenham acesso a esse conhecimento para que o ambiente se torne cada vez mais agradável.*

E sobre a regulamentação e legislação a respeito da educação física escolar, qual importância é dada por você a essas normas? *Total importância para que as aulas possam fluir da melhor maneira possível, pois só tendo conhecimento delas é que você compreende o*

*individuo como todo, respeitando a individualidade além de aumentam as potencialidades humanas.*

Para o senhor, como é desenvolvida a educação física escolar ao seu ver atualmente? Na sua percepção está adequada a norma? Justifique. *Hoje a educação física escolar se encontra cada vez mais enfraquecida, pois a maioria dos profissionais procuram as academias, e poucos profissionais querem ministrar aulas nas escolas, além dos fatores de baixa remuneração e da pouca valorização acabam afastando os profissionais além de diminuir a qualidade da aula.*

Para conclusão desta entrevista me relate de forma breve e concreta diga a que se remete as normas abaixo identificadas:

- a) Constituição Federal – *Deveres do cidadão.*
- b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – *Organização educacional.*
- c) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) – *Referencia para os profissionais para ajudar as crianças e jovens.*
- d) Citar outras: *ECA.*

#### **Professor 4**

Neste primeiro momento gostaria que me informasse se na sua formação acadêmica você teve acesso ao conhecimento de quais normas legais legislam sobre a prática da Educação Física escolar e do desporto? Justifique sua resposta. *Tive o conhecimento de leis Municipais, Estaduais e Federais. Essas leis valorizam e sustentam o exercício da atividade física nas escolas e incentivam a prática do esporte.*

Especificamente você hoje tem conhecimento real do que cada norma trata especificamente em sua regulamentação? *Não muito.*

Professora na sua pratica profissional você faz uso do conhecimento das normas para realização do seu trabalho? *Sim.* Justifique sua resposta por favor. *Normas como exercer a profissão de Educador Fisico em academia de musculação e escolas mediante apenas o registro do Conselho de Educação Física (CREF).*

Você é inscrita no sistema CREF/CONFEF e Por que ? *Sim. Para que eu possa trabalhar dentro de academias de musculação e escolas é necessário ser registrado.*

No contexto de sua profissão diga qual importância você atribui ao sistema CREF/CONFEF? Por que ? *Todo sistema de educação é regido por um conselho no qual é*

*atribuído como função principal organizar, manter a ordem desse sistema educador em vigor. Administrar, registrar, melhorar a execução do trabalho são umas das importâncias do Conselho.*

No seu dia a dia no ambiente escolar você percebe o respeito as normas na prática escolar? *Sim.* Justifique sua resposta. *As normas são bem cumpridas.*

E sobre a regulamentação e legislação a respeito da educação física escolar, qual importância é dada por você a essas normas? *É importante sim para que a evolução do âmbito escolar e do desporto aconteça significativamente, sob segurança e responsabilidade.*

Ao seu ver, como é desenvolvida a educação física escolar ao seu ver atualmente? Na sua percepção está adequada a norma? Justifique. *Tem se desenvolvido muito bem. A prática da educação física tem se adequado cada vez mais as normas e com isso tem evoluído bastante.*

E nossa última pergunta é de forma breve e concreta diga a que se remete as normas abaixo identificadas:

- a) Constituição Federal – *Várias são as leis federais. Elas se remetem a forma de execução da profissão no âmbito geral e nacional. Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.*
- b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – *É a lei que regulamenta o sistema educacional, se privado ou público, no Brasil, que vai do ensino infantil ao superior.*
- c) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) – *É o padrão de referência para a elaboração da metodologia a ser aplicada nas escolas.*
- d) Citar outras: NÃO RESPONDEU

## **Professor 5**

Professor 5. primeiramente agradecer por sua participação nesta pesquisa e logo lhe arguir se na sua formação acadêmica você teve acesso ao conhecimento de quais normas legais legislam sobre a prática da Educação Física escolar e do desporto? Justifique sua resposta. *Sim, a LDBEN foi passada nas disciplinas práticas e teóricas ao logo do curso de Ed. Física em diversas disciplinas, a parte do desporto é mais específica e ao fim do curso não nos foi dado acesso, por conta da especificidade por área de atuação, sendo vista de maneira muito geral ao longo do curso de maneira insuficiente.*

E o senhor hoje tem conhecimento real do que cada norma trata especificamente em sua regulamentação? *Na parte que rege a Educação Física escolar sim, pois no momento é minha área de atuação.*

Algo muito importante de saber é se na sua prática profissional você faz uso do conhecimento das normas para realização do seu trabalho? *Sim. Justifique sua resposta. Ao fazer uso das normas, afirmo meu trabalho dentro das determinações, e penso trabalhar desta forma valorizo meu trabalho.*

Você é inscrito no sistema CREF/CONFEF? Por que? *Sim, sou inscrito pois todo profissional é obrigado a ser inscrito.*

E qual importância você atribui ao sistema CREF/CONFEF? Por que? *Não muita, o número de profissionais trabalhado no CREF/CONFEF é insuficiente e não atende as necessidades, sendo ineficiente. Até hoje tem pessoas não formadas trabalhado como professores de Educação Física.*

Preciso saber também se no seu dia a dia no ambiente escolar você percebe o respeito as normas na prática escolar? *Sim. Justifique sua resposta. Existe o respeito para cobrar o profissional, mas esse respeito é colocado de lado por não existir condições de trabalho para uma plena atuação profissional.*

Agora me diga uma coisa, sobre a regulamentação e legislação a respeito da educação física escolar, qual importância é dada por você a essas normas? *Sou a favor de qualquer maneira para melhorar a educação física, as normas são importantes, mas o investimento no profissional e na estrutura que estão dentro das normas da LDBEN e CREF/CONFEF não são respeitadas, obsoletas em sua prática.*

Na sua visão, como é desenvolvida a educação física escolar ao seu ver atualmente? Na sua percepção está adequada a norma? Justifique. *Não é satisfatória em qualquer nível de atuação, desde a educação infantil ao nível superior de formação profissional, falta tudo, material teórico, materiais esportivos e estrutura física.*

Concluindo esta entrevista lhe solicito que de forma breve e concreta diga a que se remete as normas abaixo identificadas:

- a) Constituição Federal – *As leis não são cumpridas em nosso país, então, nada funciona como deveria.*
- b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – *Muito linda em sua essência, mas também não funciona, a educação brasileira vive de utopia.*

- c) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – *Direciona as práticas escolares, no papel é muito bonito, mas como toda receita tem suas falhas.*
- d) Citar outras: *Os recursos destinados a educação são desviados para outros fins por estados e municípios sem uma fiscalização devida e rígida, o MEC não é bem gerido, prejudicando a educação brasileira, uma reforma responsável e eficaz deveria ser feita com urgência.*

### **4.3. Análises dos resultados das entrevistas com relação aos resultados obtidos pelos questionários**

Em suma, foi verificado nas entrevistas que todos comungam de uma mesma opinião em quase todos os aspectos como no que se refere ao uso das normas na prática escolar que todos afirmaram que fazem no seu cotidiano de trabalho. Informação essa um pouco divergente as obtidas nos questionários, onde foi verificado que a maioria dos componentes assinalou que apenas às vezes faziam uso das normas no dia a dia no exercício profissional, dado esse que sugere que os profissionais buscaram conhecimento ou apenas ficaram alerta para a necessidade de tê-lo.

Quando se trata da importância das normas, todos também atribuem grande valorização as normas regulamentadoras da prática da Educação Física que são: LDBEN, PCN's, CF.

Houve também uma grande importância dada ao sistema CREF/CONFED por partes dos entrevistados, porém foi relatado que precisa de alguns ajustes para melhoria e desenvolvimento profissional. Neste dado é importante perceber que por mais que tenha sido dada a devida importância aos órgãos foi visto no questionário que uma grande parcela, ou seja, quatro dos dez pesquisados não estão regularizados.

O ponto de maior discrepância foi quanto ao conhecimento e apresentação das normas na formação inicial em sua grade curricular como conteúdo direto ou indireto. Alguns entrevistados relataram que tiveram acesso à informação sobre as normas na formação acadêmica e outros não tiveram acesso.

Esse dado remete à reflexão que, mesmo nem todos tendo acesso à informação quando arguidos no questionário, ao observar a entrevista quando solicitado que relatem sobre as normas, quase em totalidade os componentes da amostra foram capazes de as definir.

## CONCLUSÕES

Esta dissertação se propôs apresentar e discutir o nível de conhecimento e execução das normas que regem a prática dos profissionais em Educação Física que compuseram a amostra deste estudo na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba, em um contexto escolar do ensino fundamental II de escolas da rede pública e privada.

A escola representa um local na qual se aprende parte da complexidade dos significados de comportamentos que formarão um indivíduo de maneira global. Desta forma surge a importância e preocupação no âmbito de desenvolvimento corporal, entenda-se: mental, social, físico, do aluno que está sob a orientação do educador físico.

Nesse contexto, tornou-se relevante no presente estudo refletir sobre como é a formação, o conhecimento, a aplicação e o respeito pelas normas reguladoras por parte dos profissionais de Educação Física no seu ambiente de trabalho, haja vista ser de suma importância para um desenvolvimento eficaz da profissão.

Com o intuito de gerar conhecimento e conscientização sobre tal legislação foi realizada a pesquisa e, após tudo o que foi procurado e levantado sobre o assunto, percebe-se a emergencial necessidade de uma maior observância dos profissionais de Educação Física, assim como o desenvolvimento de políticas públicas e privadas que venham a realizar uma valorização da profissão e estabelecer nas práticas profissionais o uso das normas.

Com o estudo foi possível traçar um perfil do profissional de Educação Física quanto ao conhecimento das normas que regem a profissão e a prática em Educação Física escolar.

Verificadas as informações sobre a aplicação das normas que regem a Educação Física escolar, certificou-se que durante a formação acadêmica foi lecionado a disciplina Ética em Educação Física, que trata das normas legais da prática e existência profissional, acreditando-se ter um forte impacto profissional junto dos professores de Educação Física constatamos que estes não atribuíram a importância para essa disciplina tão relevante para o bom desenvolvimento da sua profissão.

Assim, restou observado que os profissionais que tiveram esta dificuldade durante o período da formação inicial não tinham total conhecimento das normas que regulam a profissão.

Foi ainda verificado que este tema é pouco visualizado e menos ainda discutido no meio profissional desde sua formação inicial até no dia a dia da atuação profissional, porém é

uma temática de grande relevância para uma adequação e busca de uma consciência satisfatória para docentes da disciplina de Educação Física.

Com essa pesquisa foi possível conhecer o nível de conhecimento dos profissionais de Educação Física sobre as normas que regem a sua prática profissional. Foi identificado que o conhecimento que eles detinham é reduzido, no que tange à abrangência das normas e da sua utilização no desenvolvimento profissional.

Também se pôde identificar a relação entre as normas existentes e a prática da Educação Física escolar nas instituições de Ensino do estado da Paraíba. Foi verificado na pesquisa que os docentes em sua grande maioria não fazia uso das normas na execução da sua profissão. Esse dado nos remete a uma reflexão sobre a qualidade do serviço prestado e as garantias de direitos e deveres profissionais, onde se acredita ser deficitária.

A pesquisa também conseguiu caracterizar a prática da Educação Física escolar em função das normas que a regulamenta. Foi identificado que a prática desenvolvida no dia a dia no ambiente escolar não cumpre o que estabelecem as normas existentes e citadas neste trabalho, remetendo assim, a necessidade de uma maior fiscalização e orientação de instituições e órgãos envolvidos em todo processo e desenvolvimento da profissão.

A visão dos profissionais de Educação Física quanto às normas é revelada nesta pesquisa, mostrando assim pontos que necessitam de uma ênfase maior de esclarecimento e investimento. São eles: Melhor formação inicial, credenciamento a órgão fiscalizador e regulador; capacitação e atualização contínua e principalmente o uso adequado do conhecimento sobre as normas no dia a dia do desenvolvimento profissional.

Esses pontos ajustados possibilitarão a todos os envolvidos um resultado adequado e esperado no ambiente tão especial que é a escola.

Não se pretende esgotar o assunto, pois ele possui um espectro enorme para ser aprofundado na perspectiva da dinamicidade constante e persistente que envolve a formação e a profissionalização docente. Espera-se que a oferta e a busca pelo conhecimento sobre as normas sejam maiores, possibilitando um desenvolvimento eficaz da profissão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, N. (1998, out/dez). Uma posição sobre os parâmetros curriculares nacionais. In: *Revista de Educação AEC*. Ano 27, nº 109, p. 39-52.
- Alves, N. (2003). *Interrogando uma idéia a partir de diálogos com Coutinho*. In: Roberto Conduru; Vera Beatriz Siqueira. (orgs.). Políticas Públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. 1ed. Rio de Janeiro: Rede Sirius/FAPERJ, v. 1: 135-144.
- Anderson, T., & Kanuka, H., *e-Research, Methods, Strategies and Issues*. USA: Person Education,(2003).
- Arroyo, M. (2000). *Ação política sobre a educação profissional*. Outras Falas, 70-79.
- Barbosa, R. L. L. (org). (2004). *Trajetórias e perspectivas da formação de educadores*. São Paulo. Editora UNESP.
- Batista, P. M. F. (2008). *Discurso sobre a competência: contributo para a (re)construção de um conceito de competência aplicável ao profissional do desporto*. 2008. 591 f. Dissertação (Doutorado em Ciências do Desporto) - Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto.
- Brandl, C.E.H. (2003). A nova política para o ensino médio: um estudo da Educação Física a partir das novas diretrizes e dos novos projetos pedagógicos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas, v.24, n.3, p.71-86.
- Brasil. (1961). Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- Brasil. (1996). *Ministério de Educação e do Desporto*. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, MEC.
- Brasil. (1998). *Ministério da Educação e do Desporto*. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil/ Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol 3: conhecimento de mundo.
- Brasil. (1998). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação física* (terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – 5ª a 8ª séries). Brasília: MEC/SEF.
- Betti, M. (1986). *Atitudes e opiniões de escolares de 1º grau em relação à Educação Física*. In: XIV Simpósio de Ciência do Esporte. 1986. São Caetano do Sul. Anais. São Caetano do Sul. Celafiscs. Fec. do ABC., p. 66
- Betti, M. (1991). *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Movimento.
- Betti, M.. (1992). Perspectivas na formação profissional. In: Moreira, W. W. (Org.). *Educação Física & esportes: perspectivas para o século XXI*. (p. 239-254). Campinas: Papiros.

Theodan Stephenson Cardoso Leite. A visão dos profissionais de educação física sobre as normas que regulam a sua prática profissional.

Betti, M. (1994a). Valores e finalidades na Educação Física escolar: uma concepção sistêmica. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 16, n. 1, p. 14-21.

Betti, M., & Zuliani, L. R. (2002). *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*. V.I, n.1, p. 73-81.

Bogdan, R. E., & Biklen, S. (2010). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Bonelli, M. G. (1999). Estudos sobre profissões no Brasil. In: Miceli, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, Anpocs; Brasília: Capes. p. 288-330.

Castelliani Filho, L. (1998). *Política educacional e educação física*. Campinas: Autores Associados.

Caviglioli, B. (1976). *Sport et adolescents*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.

Chervel, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação, Porto Alegre*, n. 2, p. 177-229.

Coraggio, J. L. (1996). *Desenvolvimento Humano e Educação*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.

Daolio, J. (2006). Cultura: educação física e futebol. (3a ed.) *Rev. Campinas*: Editora da UNICAMP.

Darido, S.C., Rangel-Betti, I.C., Ramos, G.N.S., Galvão, Z., Ferreira, L.A., Silva, E.V.M., Rodrigues, L.H., Sanches, L., Pontes, G., & Cunha, F. A. (2001). Educação Física, a formação do cidadão e os Parâmetros Curriculares Nacionais. *Revista Paulista de Educação Física, São Paulo*, v.15, n.1, p.17-32.

Darido, S.C. (2004). A Educação Física na escola e o processo de formação dos não participantes de atividade física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 61-80.

Demartini, Z. B.F., & Lang, A. B. S. G. (1985). *Educando para o trabalho: família e escola com agências educadoras*. São Paulo: Loyola.

Draibe, S. M. (1997). Uma nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. In: São Paulo em Perspectiva – *Revista da Fundação SEADE*, vol. 11, n. 4

Educação Física. (1940). *Revista de Esporte e Saúde*, n. 42, p.7.. Rio de Janeiro, Companhia Brasil.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2000). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. , 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Theodan Stephenson Cardoso Leite. A visão dos profissionais de educação física sobre as normas que regulam a sua prática profissional.

Gallardo, J.S.P (Org.) (2003). *Educação Física escolar: doberçario ao ensino médio*, Rio de Janeiro, Lucerna.

Gil, A.C. (1991). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Gil, A.C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Gil, A.C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Graça, A. (1998). Os comos e quando no ensino dos jogos. In: Graça, A., & Oliveira, J. *O ensino dos jogos desportivos*. Universidade do Porto.

Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. trad. de Adail Sobral e Maria Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola.

Hurtado, J. G. G. (1987). *Educação Física Pré-Escolar- 1ª à 4ª série: uma abordagem psicomotora*. Curitiba: Prodil.

Korsakas, P. O. (2002). Esporte Infantil: As Possibilidades de uma Prática Educativa. In: Rose Jr., D. de, et al. *Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência*. Porto Alegre: Artmed, p.39-49.

Kunz, E. (2001). *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: UNIJUÍ.

Lawson, H. (1984). *Inviation to physical education* (Tradução de Atílio de Nardi Alegre). Champaign, Human Kinetics Bood, cap. 1- Membro de uma profissão, p. 5-17.

Lovisololo, H. (1995). *Educação física: arte da mediação*. Rio de Janeiro: Sprint.

Lucena, R. C. S. (2002). "Intervenção do movimento estudantil de educação física no processo de regulamentação do professor de educação física: uma visão histórica." In: Almeida, R. de (org.). *Os bastidores da regulamentação do profissional de educação física*. Centro de Educação Física e Desportos - Universidade Federal do Espírito Santo.

Machado, M. L. de A. (1998). *Formação profissional para educação infantil: subsídios para idealização e implementação de projetos*. Tese de Doutorado. PUC/SP.

Mattos, M. G., & Neira, M. G. (2000). *A construção do conhecimento*. In: *Educação Física na Escola: construindo o conhecimento na escola* (p.29-37). São Paulo: Phorte Editora.

Medina, J. P. S. (1987). *A Educação Física cuida do corpo... e "mente": bases para a renovação e transformação da educação física*. Campinas: Papirus.

Medina, J. P. S. (2010). *A educação física cuida do corpo....e "mente"*. Campinas: Papirus.

Mizukami, M. da G. (orgs.). (1996). *Formação de professores: tendências atuais*. São Carlos: Editora da UFSCar.

Monteiro, F. (2012). *Educação física escolar e jogos cooperativos: Uma relação possível*. São Paulo: Phorte Editora.

Theodan Stephenson Cardoso Leite. A visão dos profissionais de educação física sobre as normas que regulam a sua prática profissional.

Nahas, M. V. (2003). *Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo*. Londrina: Midiograf.

Nascimento, J.V. (2000). O contexto de mudança da Educação Física escolar: o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Kinesis. Santa Maria*. n.22, p.185-191.

Parlebas, P. (1987). *Perspectivas para Educación Física moderna*. Malaga : Unisport.

Ramos, V., Graça, A. B. S., & Nascimento, J. V. N. (2008). O conhecimento pedagógico do conteúdo: estrutura e implicações à formação em educação física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo*, v. 22, n. 2, p. 161-71. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rbefe/v22n2/v22n2a7.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2010.

Rodrigues, D. A. (2001). Educação e a Diferença. In: Rodrigues, D. (Org) *Educação e Diferença* (volume 7). Portugal: Porto Editora, p.13-14.

Saviani, N. (1994). *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*. Campinas: Autores Associados.

Silva, T. T. (2001). *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

Souza Neto, S. (1999). *A Educação Física na universidade: licenciatura e bacharelado – as propostas de formação profissional e suas implicações teórico-práticas*. Tese (Doutorado)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Tubino, M. J. G. (2002). Uma Visão Paradigmática das Perspectivas do Esporte para o Início do Século XXI. In: Gebara, A. [et al], & Moreira, W. W. (Org.). *Educação física & esportes: Perspectivas para o século XXI* (9ª edição, pp. 125-139). Campinas: Papirus.

Vergara, S. C. (2005). *Método de Pesquisa em Administração* (pp. 25-36). São Paulo: Atlas.

Zonta, A. F. Z., Betti, M., & Liz, L.C. (2000). Dispensa das aulas de Educação Física: os motivos de alunas do ensino médio. In: VIII Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa. Anais. Lisboa, 2000. Universidade Técnica de Lisboa.

Theodan Stephenson Cardoso Leite. A visão dos profissionais de educação física sobre as normas que regulam a sua prática profissional.

Código de Ética - CONFEF - Conselho Federal de Educação Física ... Disponível em [www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd\\_resol=103](http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=103) Acessado em 03/03/2009

Lei nº 9.394/96 - Educação Física - Obrigatoriedade da Disciplina ... Disponível em [www.portaleducacao.com.br/.../lei-n-9394-96-educacao-fisica-](http://www.portaleducacao.com.br/.../lei-n-9394-96-educacao-fisica-) Acessado em 17/08/2010

Lei 9696/98 | Lei Direto Disponível em [www.leidireto.com.br/lei-9696.htm](http://www.leidireto.com.br/lei-9696.htm) Acessado em 27/09/2010

L9696 Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9696.htm) Acessado em 27/09/2010

Theodan Stephenson Cardoso Leite. A visão dos profissionais de educação física sobre as normas que regulam a sua prática profissional.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE I. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Título do Projeto: A educação física escolar e o desporto: Um análise da realidade da observância as normas em suas práticas

Pesquisador Responsável (orientador): **Doutor Leonardo Rocha**

Pesquisadora acadêmica: **Theodan Stephenson Cardoso Leite**

Prezado (a) Senhor (a):

Sou pesquisador do Curso de especialização Stricto Senso da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, pretendo realizar um estudo cujo objetivo é executar trabalho dissertativo e gostaria do seu consentimento e participação..

Caso o Sr. (a). consinta, será necessário assinar este termo de acordo com a Resolução nº. 466/2012, do Conselho Nacional De Saúde (CNS)/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos.

Solicitamos o seu consentimento também para a publicação e divulgação dos resultados, garantindo o seu anonimato nos veículos científicos e/ou de divulgação (jornais, revistas, congressos, dentre outros), que os pesquisadores acharem convenientes. Esperamos contar com seu apoio, e desde já agradecemos sua colaboração.

### **Contato com o pesquisador responsável Brasil: Dr. Otávio Mendonça**

Caso necessite de maiores informações sobre a pesquisa, favor ligar para o pesquisador:

Otávio Mendonça

Telefones: 9993-9892

Endereço: **Rua:** Dep. Geraldo Mariz, 849 **Bairro:** Tambauzinho, **Cidade:** João Pessoa - PB, Cep: 58042-060

### CONSENTIMENTO

Após ter sido devidamente esclarecido sobre a pesquisa, consinto participação e informo que estou recebendo uma cópia deste Termo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) voluntário (a) da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura da testemunha

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

João Pessoa, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## APÊNDICE II. QUESTIONÁRIO



### MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-ULHT

O questionário abaixo visa verificar o nível de conhecimento dos pesquisados em relação a normatização e procedimentos legais que regem a atividade profissional dos educadores físicos. Por isso, sua resposta, é de suma importância para o alcance dos objetivos nessa pesquisa. Saiba que toda identificação dos pesquisados será mantida em absoluto sigilo.

**Responda o questionário abaixo marcando apenas uma alternativa por questão.**

1-) Quais destas normas tratam da Educação Física Escolar?

LDB  PCN  CF  TODAS

2-) Você tem conhecimento do que trata cada uma das leis citadas acima?

Sim  Não  Mais ou Menos

3-) Na sua prática profissional você faz uso do conhecimento das normas para realização do seu trabalho?

Sim  Não  Às vezes

4-) Você é inscrito no sistema CREF/CONFEF?

Sim  Não

5-) Em face ao exercício profissional, você tem recebido orientação ou até mesmo é fiscalizado por órgãos competentes ou pela própria instituição que trabalha?

Órgãos  Sempre  Às vezes  Nunca      Instituição  Sempre  Às vezes  Nunca

6-) De acordo com sua experiência, vivência e conhecimento, tudo que esta normatizado é respeitado e executado na prática escolar?

Sempre  Às vezes  Nunca

7-) Qual importância você daria para o real valor das normas que regem sua profissão?

Muito Importante  Importante  Pouco importante

8-) Na sua formação acadêmica, foram-lhe apresentado essas normas?

Sim  Não  Algumas, não todas  Só uma

## APÊNDICE III. ENTREVISTA



### MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-ULHT

A entrevista abaixo visa verificar o nível de conhecimento dos pesquisados em relação ao nível de conhecimento da norma e legislação que regem a profissão de Educação Física assim como sua prática pedagógica na escola, para formulação da dissertação de mestrado em Ciências da Educação do pesquisador Theodan Stephenson Cardoso Leite orientado pelo professor Doutor Leonardo Rocha. Por isso, sua resposta, é de suma importância para o alcance dos objetivos nessa pesquisa. Saiba que toda identificação dos pesquisados será mantida em absoluto sigilo.

1-) Na sua formação acadêmica você teve acesso ao conhecimento de quais normas legais legislam sobre a prática da Educação Física Escolar? Justifique sua resposta.

2-) Você hoje tem conhecimento real do que cada norma trata especificamente em sua regulamentação?

3-) Na sua prática profissional você faz uso do conhecimento das normas para realização do seu trabalho? Justifique sua resposta.

4-) Você é inscrito no sistema CREF/CONFED? Por que ?

5-) Qual importância você atribui ao sistema CREF/CONFED? Por que ?

6-) No seu dia a dia no ambiente escolar você percebe o respeito as normas na prática escolar? Justifique sua resposta.

7-) Sobre a regulamentação e legislação a respeito da educação física escolar, qual importância é dada por você a essas normas?

8-) Como é desenvolvida a educação física escolar ao seu ver atualmente? Na sua percepção está adequada a norma? Justifique.

9-) De forma breve e concreta diga a que se remete as normas abaixo identificadas

- a) Constituição Federal
- b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)
- c) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)
- d) Citar outras:

Theodan Stephenson Cardoso Leite. A visão dos profissionais de educação física sobre as normas que regulam a sua prática profissional.

## **ANEXOS**

Theodan Stephenson Cardoso Leite. A visão dos profissionais de educação física sobre as normas que regulam a sua prática profissional.

## **ANEXO I**

### **LDBEN**

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

URL

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

## **ANEXO II**

### **PCN'S**

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAL EDUCAÇÃO FÍSICA

URL

Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>

## **ANEXO III**

### **CF**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

URL

Disponível em

[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_04.02.2010/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf)